



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Multidisciplinar
Campus Nova Iguaçu

Sentido ou Descansar?
O Exército e a Defesa Passiva no Rio de Janeiro

Carlos Eduardo Alves Barbosa

Nova Iguaçu
2012

Carlos Eduardo Alves Barbosa

Sentido ou Descansar?

O Exército e a Defesa Passiva no Rio de Janeiro

Monografia apresentada ao Instituto Multidisciplinar – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador(a):
Prof. Dr. Lúcia Helena Pereira da Silva

Nova Iguaçu

2012

Carlos Eduardo Alves Barbosa

Sentido ou Descansar?

O Exército e a Defesa Passiva no Rio de Janeiro

Monografia apresentada ao Instituto Multidisciplinar – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Lúcia Helena Pereira da Silva (presidente)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fernando Rodrigues da Silva.
Universidade Severino Sombra

Prof. Dr. Alexandre Fortes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

À minha princesa Maria
Eduarda, Vanessa e aos
meus pais.

AGRADECIMENTOS

A minha pequena Maria Eduarda, que chegou na metade da graduação para me ensinar que, os obstáculos da vida são necessários para a superação das nossas limitações e a minha esposa Vanessa pelo companheirismo e compreensão.

Aos meus pais, que em seu limitado acesso a educação compreenderam que a escola é o principal ingrediente na formação de um bom indivíduo.

A professora Lúcia Helena pelo dinamismo e entusiasmo contagiante, o que fez do exercício desta avaliação uma prática bastante prazerosa.

Aos professores do Instituto e aos colegas de graduação que fizeram desta nascida instituição, um local de agradável convivência e constituição do saber.

*“Nada como correr riscos
para manter um grupo de
pessoas unido.”
(Joe Liemandt)*

RESUMO

Este trabalho pretende estudar a influência das Forças Armadas, em particular do Exército Brasileiro, no exercício de preparação da população contra ataques aéreos conhecido como Defesa Passiva. Posto em prática a partir de 1942, o exercício será analisado tendo como o pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro, palco das manobras cívico-militares que acompanhavam os acontecimentos do teatro europeu. Entender a interação da população com o exercício que se tornou obrigatório por força de lei, e a sintonia desses populares com os esforços da guerra são os caminhos iniciais deste trabalho de investigação. A busca da ligação entre população e Exército, por força da preparação para a Defesa Passiva constitui o foco principal desta monografia. A Defesa Passiva será avaliada como contribuição civil, dos esforços de preparação contidos na participação brasileira na 2ª Guerra.

Palavras-chave: Defesa Passiva. população. Rio de Janeiro. Exército.

ABSTRACT

This assignment intends to study the Armed Forces influence, particularly the Brazilian Army, in the population prepare against air attacks known as Passive Defense. It has been implemented since 1942, the exercise will be analysed having the Rio de Janeiro city as backdrop, it's the scene of civic military maneuvers that followed the European theatre events. The inicial path of this investigative work consists in comprehending the interaction between population and the exercise that became required by law and the tune of these people with the war efforts. The search for the connection between population and army through the preparation for the passive defense is the main focus of this monograph. The passive defense will be evaluated as civilian contribution by the preparation efforts contained in Brazilian participation in II World War.

Key words: Passive Defense. population. Rio de Janeiro. Army.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1. Vista da Av. Presidente Vargas em execução (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).....14
- Figura 2. Novo Quartel Militar do Exército – Pavilhão Duque de Caxias – vista frontal (Acervo do Arquivo Histórico do Exército).....15
- Figura 3. Prédio da Central do Brasil (atual Edifício D. Pedro II), projeto R.M. Carvalho, Adalberto Szilard e Geza Heller, 1937. (Arquivo do Departamento de Patrimônio da CBTU).....17
- Figura 4. O prédio do Ministério da Guerra aludindo a um general marchando à frente de suas divisões (croqui sobre Xerox extraído da obra *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*).....29
- Figura 5. Tabuleiro da Baiana (Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/carioca_da_gema/34993393/>. Acesso em: 20 mar. 2012.).....41
- Figura 6. Edifício Ouvidor (Disponível em: <<http://saudadesampa.nafoto.net/photo20090324160026.html>>. Acesso em: 20 mar. 2012.).....41
- Figura 7. Canção da Defesa Passiva do Brasil (**Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 7 jun. 2011.).....49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO	7
1.1 O cenário da Defesa Passiva: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 40.....	7
1.2 Os hábitos e os habitantes da cidade.....	10
1.3 Vargas Abre Alas: o período Vargasista e as modificações estruturais da cidade na década de 1940.....	12
2 AS FORÇAS ARMADAS	19
2.1 Exército: panorama político.....	19
2.2 O Exército no período da Guerra.....	23
2.3 Poder simbólico do Exército.....	27
3 A DEFESA PASSIVA	31
3.1 A Defesa.....	31
3.2 O Exercício e a Imprensa.....	34
3.3 Recorte, Estude e Colecione.....	39
3.4 Vamos à Guerra.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
Bibliografia	53
Fontes Utilizadas	55
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

“Em caso de pânico interior, feche os olhos, respire fundo, e pense em alguma coisa bem diferente daquilo que está vivendo.”

Paulo Baleki

Como não existia Paulo Baleki e seus livros de auto ajuda na década de 40 do século anterior, coube ao Estado a missão de orientar a população quanto à forma de proceder em caso de um possível ataque aéreo promovido pelo Eixo na cidade do Rio de Janeiro. Veremos através da imprensa carioca que a crença naqueles ataques era algo crível e visível no diálogo entre o Estado e a população. Nesse contexto surgiria a *Defesa Passiva*¹ como alternativa a desconfiança da população com o andamento da Guerra.

Em termos práticos o estabelecimento da Defesa Passiva visava preparar os cidadãos, como ocorre nos contingentes militares, para as diversas situações que envolvem um bombardeio real num cenário de guerra. Cabia aos indivíduos aprender a lidar com o ataque na rua, em casa, no trabalho e no lazer. Os habitantes do Rio de Janeiro deveriam reconhecer os tipos de bombas que poderiam alvejar suas cabeças, identificarem os diversos toques de alerta, informar-se sobre a localização dos abrigos seguros e velar as luzes de suas residências. Dentre as inúmeras situações possíveis cabia até o aprendizado de como deveriam “amarrar seus burros” em caso de ataque nas vias de trânsito da cidade.

Irei fazer um breve histórico da estrutura urbana do Rio de Janeiro até a década de quarenta e a história política das Forças Armadas para dar suporte ao objeto de investigação desta monografia que é a Defesa Passiva na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo minhas expectativas o exercício foi codificado com uma possível influência dos efetivos militares, pois a Defesa Passiva visava mobilizar população civil e militar em torno da salvaguarda de pessoas e patrimônio das cidades, numa clara inserção da sociedade civil no processo de entrada na Segunda Grande Guerra.

Como o tema é pouco discutido, acredito que o diferencial deste trabalho consiste na possibilidade de articular as interações que ocorreram entre a população civil e os militares durante a preparação para os exercícios, transcorridos na cidade durante os anos de 1942 e 1943.

Este exercício cívico militar tem como marco original o Decreto-Lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942, o qual define “como encargos necessário à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva antiaérea”.

¹ Segundo a Lei 4.098 a defesa passiva se constitui no conjunto de medidas a serem adotadas por indivíduos e instituições, em caso de bombardeio das forças inimigas ao território brasileiro.

Apesar de a lei tratar dos procedimentos a serem realizados em todo o território nacional, o cenário carioca foi escolhido por conta das fontes retratarem apenas o ambiente local, problematizando as questões que pretendo avaliar neste trabalho, todas voltadas para a crença de um ataque inimigo.

O Rio de Janeiro era capital do Brasil. A cidade acomodou grandes intervenções urbanísticas no século XX, além de ser o palco dos principais efetivos de mobilização da nação para o advento da 2ª Guerra Mundial. Grandes contingentes da FEB estavam sendo recrutados na 1ª Região Militar², com sede na capital fluminense.

Apropriando-se dos instrumentos de comunicação disponíveis a época, dentre os quais selecionei dois periódicos que circulavam na cidade, torna-se possível compreender o tamanho da apreensão dos cidadãos, desconfiados sobre uma provável intervenção alemã em solo brasileiro. Este é um dos sustentáculos para a organização da Defesa Passiva no Brasil.

Analisando os periódicos percebi que o clima vivenciado na cidade a época dos acontecimentos poderia despertar a euforia e o descontrole da população. O Diário Carioca³, uma das fontes consultadas, respirava essa atmosfera de apreensão. Prova disso são as constantes publicações, no setor do periódico relacionado à guerra, com notícias descrevendo os bombardeios às cidades rivais no cenário europeu.

A partir do livro de Silva (2006), foi possível conhecer o tema, pois as poucas páginas que tratam da defesa passiva na cidade do Rio de Janeiro serviram-me de norte para a construção do objeto em análise e para a elaboração de algumas perguntas.

Seria a defesa passiva uma contribuição da população civil, na esfera cotidiana, para o exercício de guerra? Nesta perspectiva, mesmo sabendo que o Ministério da Justiça e Negócios Interiores foram órgãos nomeados para coordenação, encaixa-se uma segunda pergunta: em qual organismo institucional espelhou-se a população na execução dos exercícios?

Mostrarei que houve uma contribuição direta da população na questão da Guerra, seja através da prática do exercício, conforme orientava a legislação examinada na monografia, seja através dos diversos esforços empenhados em torno da arrecadação de recursos destinados a máquina bélica.

² MORAES, João Baptista Mascarenhas de, 1883-1968. **A FEB pelo seu comandante / João Baptista Mascarenhas de Moraes**. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2005.

³ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, out./dez. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4385 a 4460.

Outra ambição consiste na possibilidade de provar que esta população agia segundo ritmos ditados por experiências extraídas do seio da caserna. Conforme sugere o título, creio que a população se dispôs a um enquadramento semelhante ao vivenciado no dia a dia castrense, executando analogicamente aos comandos militares as ordens que poderiam protegê-los dos ataques inimigos.

“Sentido ou Descansar? O Exército e a Defesa Passiva no Rio de Janeiro” pretende mostrar que houve a tentativa de disciplinar a população, mediante ordens e procedimentos do Estado, bastante similares aos comandos de controle empregados nos grandes efetivos militares.

Ainda que haja um conjunto de legislações que vão da criação à extinção da Defesa Passiva no Brasil e por acreditar na liderança das Forças Armadas, em especial a atuação do Exército. Investigarei o cotidiano carioca através de dois jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, sob a ambiência da Defesa Passiva.

A primeira fonte é o Jornal do Brasil, que apresenta uma série de notícias relacionadas ao aspecto legal⁴ da defesa passiva e ao cumprimento do exercício pela população. Através do JB será possível coletar informações sobre a preparação, execução e fiscalização da defesa passiva, mas também captar dados essenciais para responder as hipóteses formuladas nesta introdução.

O Diário Carioca é a segunda fonte escolhida pela possibilidade de localizar alguns dados pormenorizados do desenrolar deste exercício no centro da cidade do Rio de Janeiro. Julgo ser o Diário a fonte mais apropriada para evidenciar o cotidiano carioca e a maneira que a cidade pensava a guerra à altura daqueles acontecimentos. Petersen (1995) afirma em seu trabalho que “o investigador tem o poder de selecionar, entre os muitos sentidos possíveis, os que vão significar o fato”⁵. Desta forma, acredito que o Diário será uma importante ferramenta na busca de respostas para as hipóteses formuladas nesta monografia.

As edições mostram que as principais notícias giravam em torno do evento da Segunda Grande Guerra e os informes obrigatórios sobre o exercício da defesa passiva, vinham constantemente acompanhados por notícias complementares do próprio jornal.

⁴ Segundo o Art. 4º do Decreto-lei nº 4.098, de 6 de Fevereiro de 1942, os jornais, revistas ou publicações de qualquer natureza são obrigados a inserir, gratuitamente, comunicados do Ministério da Aeronáutica ou de seus inspetores ou delegados, correspondendo à dimensão de 1/16 de página; os diários, duas vezes por mês; os semanários, seis vezes por ano, e os mensários duas vezes por ano; os que se editarem em prazo superior a um mês, a inserir uma vez por ano em dimensão que corresponda a uma página.

⁵ PETERSEN, Sílvia Ferraz. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zila. **Territórios do cotidiano**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS – EDUNISC, 1995. 33 p.

Os periódicos mostravam que mesmo não estando envolvidos no teatro de operações, a população era atraída para a questão da guerra, através das diversas reportagens publicadas nestes veículos. O lema era a devoção à pátria e a contribuição voluntária com o esforço da guerra, fruto de uma profunda interferência das instituições políticas do Estado Novo.

Através das percepções contidas na leitura destes periódicos pretendo identificar a formação destas estruturas mentais voltadas ao teatro da guerra, possivelmente condicionadas ao modelo patriótico emoldurado nas Forças Armadas, corroborando com Thompson (1981:21) quando este afirma que os seres humanos, dentro de certos limites, podem “viver” as expectativas sociais que as categorias sociais dominantes lhes impõem.

No primeiro capítulo tratarei dos aspectos da cidade do Rio de Janeiro do início do XX à década de 40, identificando sua configuração urbana, sua população e algumas características mais gerais, evidenciando o cenário onde se desprenderam as ações da defesa passiva. Neste capítulo destaco a importância do livro *Pereira Passos: Um Haussmann tropical* de Jaime Larry Benchimol, para compreender as transformações da antiga sociedade carioca em um espaço urbano metropolitano típico do século XX e o livro *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, de Evelyn Furkim Lima, que permitirá averiguar o palco que serviu ao estado autoritário de Vargas, cheio de simbolismos e com ênfase ao imperativo do poder ditatorial. O livro de Lima apresenta o cenário onde transcorreram os exercícios que se tornaram objeto deste trabalho.

No segundo capítulo tentarei abordar alguns traços da História Política das Forças Armadas, na qual se destaca o Exército Brasileiro. Sua atuação em momentos importantes da História do Brasil, como no estabelecimento da República, será uma eficiente ferramenta para delinear a liderança da instituição, não só nas crises do Estado, mas em eventos vivenciados pelo cidadão comum, como é o caso da implementação da Defesa Passiva no cotidiano carioca.

Para esta parte será de grande auxílio o trabalho de Edmundo Campos Coelho, quando discorre sobre a *busca de identidade* da Força Terrestre como instituição em solo brasileiro. José Murilo Carvalho, um grande conhecedor das histórias da caserna possui vários trabalhos que expõem a constante busca de autonomia do Exército no cenário político, cabendo destaque ao livro *Forças Armadas e política no Brasil*. O livro *Soldados da Pátria* do brasilianista Frank D McCann ajudou-me a visualizar o papel de destaque das Forças Armadas, num panorama político conturbado, como o da crise do sistema político oligárquico na chamada Política do Café com Leite e posterior aliança que permitiu o alçamento político de Vargas.

O trabalho de Pierre Bourdieu (1999) serviu-me de importante ferramenta conceitual para pensar a simbologia da instituição Exército frente à sociedade. Postada como um dos principais alicerces do regime varguista, o Exército buscou ratificar sua imagem de liderança através do estabelecimento de marcos simbólicos do poder.

Em seu estudo Bourdieu (1999: 7) afirma que o *Poder Simbólico* está em toda parte e em parte alguma, porque não é facilmente percebido pelos elementos submetidos a este poder. Por isso é no local onde ele se encontra completamente ignorado que devemos justamente aprender a reconhecê-lo. O autor discorre sobre o Poder Simbólico afirmando que:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.⁶

Bourdieu destaca que o poder simbólico é o “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.⁷ Nesta perspectiva acredito que a política ideológica do Estado Novo, na construção do Ministério da Guerra e na censura da imprensa foi capaz em parte, de projetar à população carioca, a imagem de um governo e Exército fortes.

Para o terceiro capítulo será essencial a legislação que trata sobre a criação, desenvolvimento e extinção do organismo da Defesa Passiva. Os periódicos serão os fios condutores da investigação que busca identificar o ponto de confluência entre as atividades civis e militares no ano de 1942. Contudo, realizarei um recorte temporal dos periódicos situando-os entre os meses de outubro a dezembro de 1942. Este período coincide com a efetiva prática do exercício, segundo os Decretos-Lei nº 4.624⁸ e 4.716⁹ que criam o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (S.D.P.A.Ae) e a Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (D.N.S.D.P.A.Ae), que viria a ser o órgão responsável pela gestão e funcionamento do exercício.

Por não haver um suporte historiográfico pertinente ao tema abordado, acredito que numa fase posterior, será de grande valia uma investigação no Arquivo Histórico do Exército

⁶ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 10 p., grifo do autor.

⁷ *Ibid.*, 8 p.

⁸ BRASIL, Decreto-Lei nº 4.624, de 26 de Agosto de 1942. Cria o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e dá outras providências. **Lex**: Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>> Acesso em: 24 jun. 2011.

⁹ BRASIL, Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de Setembro de 1942. Dispõe sobre a criação e organização da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, com sede no Distrito Federal, e dá outras providências. **Lex**: Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>> Acesso em: 24 jun. 2011.

– AHEx, onde a documentação ostensiva da instituição na época dos acontecimentos, poderia confirmar os limites de ação da organização armada no arcabouço do exercício.

Contudo, acredito que os dados obtidos nos jornais são suficientes para confirmar a influência das Forças Armada. As fontes apontam para uma série de interferências militares no processo de estruturação do mesmo e nas práticas adotadas pela grande população.

Em outras palavras, esta monografia se propõe a apresentar dados suficientes para comprovar que as Forças Armadas, ao menos na percepção das pessoas, estariam posicionadas como uma espécie de modelo pró-ativo do compromisso com a guerra, acatado pela população.

Mesmo trabalhando com pressupostos que associam o desempenho do exercício às práticas da caserna, acredito que o fenômeno em si é bastante privilegiado, por estar adornado com diversas características do meio urbano carioca. Se não validar minhas proposições, espero ao menos aguçar a curiosidade dos possíveis leitores deste trabalho, com as diversas peculiaridades que envolveram a preparação da população para o exercício de defesa passiva.

Capítulo I

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O cenário da Defesa Passiva: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 40

Este capítulo pretende demonstrar, através de um breve histórico das transformações ocorridas na cidade, que o Rio de Janeiro do ano de 1942, em razão das mudanças sócio espaciais, já não era mais a cidade dos colonos, dos escravos libertos, dos estrangeiros circulantes ou dos negociantes. O Rio de Janeiro passou de cidade colonial a cidade aburguesada, alcançando na década de 40 os ares de uma verdadeira metrópole em processo de industrialização. Foi no novo cenário que se desenrolou a defesa passiva

As mudanças mais radicais da cidade passaram pelas mãos do prefeito Francisco Pereira Passos. Adido da legação brasileira em Paris de 1857 até fins de 1860, presenciou as obras implementadas por Eugène Haussmann, prefeito do Departamento de Seine (1863-1870), que transformaram a capital parisiense no modelo de metrópole industrial moderna.

Ligado às construções ferroviárias por muitos anos, engenheiro de obras públicas, Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II e entre várias idas e vindas a Europa, Passos foi nomeado prefeito da cidade que se transformaria radicalmente após a sua gestão. Dentre as obras realizadas estão a Avenida Beira-Mar, Mem de Sá, Salvador de Sá e os diversos alargamentos e alongamentos de ruas já existentes. A abertura da Avenida Central no centro da cidade, atual Avenida Rio Branco, foi a principal intervenção do governo federal, e dela brotaram uma série de modificações no cenário conturbado da grande cidade. Nela foram projetados prédios de “aspecto elegante e artístico” (BENCHIMOL, 1992:198), onde foram instalados em seus pavimentos térreos comércios de luxo, cafés, casas de leitura etc. A nova avenida na visão dos seus idealizadores desafogou a cidade velha e permitiu a livre circulação de ar, melhorando as condições higiênicas da cidade.

É interessante para este trabalho desmistificar o porquê dessas mudanças no cenário urbano da capital carioca. Por quais motivos foram realizadas as intervenções urbanísticas que transformaram a antiga paisagem colonial em uma cidade contemporânea. Tais transformações permitiram que na década de 40, e sob os auspícios de Vargas, a cidade recebesse a configuração onde se desenrolaram os exercícios da Defesa Passiva.

As modificações do espaço urbano efetuadas por Pereira Passos a partir de 1903, na gestão do presidente Rodrigues Alves, foram implementadas em nome do desenvolvimento e da melhoria das condições sanitárias da cidade. É notável que as intervenções foram

realizadas numa clara tentativa de elitizar o centro do Rio de Janeiro, expurgando dali a população miserável que se encontrava no caminho do “progresso”.

A intenção não foi bem sucedida por completo, pois a topografia irregular da cidade acabou por acolher a população empobrecida, oferecendo uma nova condição geográfica de clivagem social. No entanto as reformas de Pereira Passos ofereceram um moderno e sofisticado perfil à cidade. As largas avenidas colaboraram para o fluxo do trânsito e importantes obras artísticas e culturais foram constituídas naquele momento, como foi o caso do Teatro Municipal.

Suas reformas mexeram profundamente com o centro da cidade do Rio de Janeiro, dando sequência a um plano que já havia sido iniciado anos antes, com a derrubada de alguns cortiços, como é o caso do célebre Cabeça de Porco, demolido em 1893 por Cândido Barata Ribeiro, prefeito da capital da República nomeado por Floriano Peixoto. Nesta época inúmeros moradores do Centro receberam ordens de despejo, e seus cortiços foram postos abaixo para a construção de avenidas, praças e novos edifícios.

Segundo Benchimol (1992) a análise das conjunturas da virada do século XIX/XX explicam as mudanças processadas no cenário carioca do início do século. Dentre os fatores a serem considerados estão o declínio da agricultura no Vale do Paraíba, o esgotamento do solo, a queda na produtividade, o envelhecimento da mão de obra e efetivamente, a abolição da escravatura foram os problemas que estrangularam a atividade da região, o que veio a influenciar diretamente as atividades portuárias no Rio de Janeiro.

A crise financeira de 1889-1892, conhecida como encilhamento¹⁰, trouxe maiores dificuldades ao clima de instabilidade econômica por qual passava a cidade. Ao final do século XIX o Porto de Santos superava em pelo menos o dobro do que era exportado pelo porto do Rio de Janeiro. Com a crise e a mudança nos hábitos dos moradores da cidade, o Porto do Rio passaria a conviver com uma nova dinâmica, tornando-se um grande importador de produtos destinados ao consumo da crescente população.

De acordo com Benchimol (1992:172) em decorrência da migração interna e, especialmente, em razão da imigração estrangeira, houve um salto da população carioca. Principalmente porque o Rio de Janeiro era o ponto de convergência de grande parte dos estrangeiros que aportavam no Brasil. Em 1906 a cidade já possuía mais de 811.444

¹⁰ Medida econômica adotada por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do governo provisório (1889-1891) chefiado por Deodoro da Fonseca, onde a emissão desenfreada de moeda pelos bancos sem o lastro ouro, com a finalidade de desenvolver a produção industrial interna, gerou uma das maiores crises financeiras de nossa história, ficando conhecida por este nome em analogia a euforia dos pregões nas bolsas de valores e as apostas nas corridas de cavalos.

habitantes, se tornando a única cidade brasileira com mais de 500.000 habitantes. Este crescimento se deve a grande oscilação da população estrangeira, mas em grande parte a migração de ex escravos provenientes das fazendas de café do vale do Paraíba.

O Rio de Janeiro do final do XIX possuía uma série de condições propícias ao surto industrial. Produzia bens de consumo correntes como tecidos, alimentos e bebidas, e estava inserido numa estrutura produtiva. A capital constituía um mercado de consumo de primeira ordem, fomentado pela crescente burguesia, cada vez mais influenciada pela circulação cultural, emanada da atividade portuária.

Além de ser o centro financeiro mais importante do Brasil na época, a capital desfrutava de uma farta disponibilidade de mão de obra para a indústria e para a nova burguesia de comércio, serviços e transportes.

Contudo não foi somente a mudança de perspectiva econômica que influenciou as mudanças ocorridas no cenário carioca do início do XX. De acordo com Benchimol (1992: 178) a década de 1890 foi crítica do ponto de vista sanitário. Durante todo o ano as epidemias ceifavam milhares de vidas na cidade. Tais acontecimentos suscitaram uma série de divergências entre autoridades e médicos. A crise epidemiológica refletia as péssimas condições de vida dos miseráveis trabalhadores da cidade, o que o autor julga ser o produto direto das primeiras transformações impostas pelo capitalismo.

As habitações precárias da população eram consideradas os principais vetores de proliferação destas epidemias. Os domicílios ficavam em grande parte próximos a terrenos baixos e alagadiços e não contavam com nenhuma estrutura de saneamento. As epidemias imperavam com uma grande intensidade. De acordo com Benchimol “a situação sanitária da cidade agravou-se no ano de 1891. Aumentou a mortalidade causada por todas as moléstias, em especial: a febre amarela, a varíola, a malária e a influenza”¹¹.

Os médicos sanitaristas sinalizavam a magnitude da crise de moradias populares nos primeiros anos da República. A concentração da população no Centro gerou uma explosão no número de habitações coletivas, que iam de cortiços mal organizados a improváveis casas de dormida. Tal cenário era imposto pela ausência de alternativas espaciais e habitacionais para a população proletária que se fixava na área central e nas suas imediações.

A percepção da fragilidade das estruturas sociais e espaciais da cidade, tanto pelo caráter flutuante da população, quanto pela desordenada ocupação do solo da capital da

¹¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1992. 179 p.

República foram motivos suficientes, na visão dos governantes, para que as reformas urbanísticas do Rio de Janeiro fossem postas em prática.

As mudanças implementadas por Pereira Passos não apenas embelezaram a cidade como já foi dito, elas modificaram a configuração populacional e ofereceram uma nova dinâmica social no Centro do Rio de Janeiro. É o que veremos na seqüência deste trabalho.

Os hábitos e os habitantes da cidade

Para dar inteligibilidade a análise do exercício da Defesa Passiva na cidade do Rio de Janeiro é necessário discorrer sobre as características da população que residia no centro da cidade à altura dos acontecimentos da Grande Guerra.

A reforma Passos indicada no texto anterior é um importante ponto de inflexão sobre as mudanças processadas na estrutura urbana a partir do início do século XX, denotando além das modificações espaciais e urbanísticas, a alteração do perfil populacional da cidade.

Se não podemos dizer que se extinguíram os velhos personagens, ao menos podemos afirmar que a política de clivagem social gerada pela estratificação do espaço urbano definiu os espaços em que cada um destes tipos sociais poderia circular.

Não foi simplesmente a remodelação da capital da República como conta boa parte da historiografia. De acordo com Benchimol (1992: 205) foi o impulso do princípio civilizador que agiu, ao mesmo tempo em nome dos interesses mais diversos das classes dominantes e aos interesses particulares do grande capital. A regeneração estética e sanitária da cidade colonial, vista como atrasada e suja, passou pelo expurgo da população negra e estrangeira pobre que sobrevivia naquele território.

Os hábitos foram se transformando com o tempo e pela imposição do próprio Estado. Alguns costumes como a venda de miúdos de reses em tabuleiros na cidade foram proibidos por Pereira Passos em 1903 (BENCHIMOL, 1992, p. 277), por exemplo, da mesma forma que a ordenha de vacas em vias públicas, que segundo o prefeito deixava as ruas cobertas de dejetos, estava com os dias contados. As proibições eram um claro sinal de que naquela cidade não havia mais espaços para os antigos costumes rurais e coloniais. A cidade ressurgia como Metrópole ao dar espaço para um novo tipo de comércio “civilizado”. O tempo e o capital se encarregaram de dar uma nova cara a população que ocupava esses espaços remodelados.

Um modelo de cultura européia passou a ditar um novo padrão de conduta na chamada *Belle Epóque* carioca. A Avenida Central foi a obra que mais evidenciou a mudança no comportamento de parcela da população que habitava o centro da cidade, foi concebida,

segundo Calado (2012) para compor um universo de simulacro e representações, onde a rua deixou o papel de mera expectadora e passou a ser a protagonista de um novo tempo.

A bela avenida passou a personificar o espírito modernista europeu. Ditou um novo padrão de regras e costumes a fim de banir daquele hall de circulação, os membros indesejáveis da população:

A avenida foi obrigada a desfazer de seus traçados irregulares, de seus casebres insalubres, e de todos os seus transeuntes, moradores e comerciantes de baixa renda, que foram empurrados para atuarem em um papel também emergente, o da favelização, na periferia da cidade.¹²

As crônicas de Paulo Barreto ilustram a dupla montagem dos espaços que passaram a protagonizar a ordem e a desordem na cidade do Rio de Janeiro. Com o pseudônimo de João do Rio o escritor e jornalista presenciou a mudança de costumes, a criação de determinados preconceitos e o processo de marginalização de alguns setores da população.

No livro *A alma encantadora das ruas* João do Rio, travestido de *flâneur*, percorre desde a periferia às belas avenidas erguidas nas reformas de Pereira Passos. Segundo o cronista o Rio do início do século XX era o retrato da modernidade emergente. Erguia-se uma nova paisagem urbana e cosmopolita na cidade, habitada por elementos elegantemente vestidos, com ternos bem talhados, camisas de seda, chapéu de bico e todo o figurino necessário a refletir a imagem pomposa projetada para nova avenida.

Contudo o Rio da periferia, substância de suas obras, era tratado como o retrato avesso do cartão postal projetado na *Belle Époque*. Vagabundos e desordeiros estavam pelos becos estreitos da cidade. Os ambulantes, os velhos cocheiros, o trabalhador de estiva, os pivetes e as prostitutas eram os personagens descritos nas crônicas que delatavam o submundo carioca, no espaço marginal erigido pelas reformas de Pereira Passos.

A percepção da diversidade cultural da cidade através de uma escrita lírica foi o grande legado do escritor. Suas crônicas nos ajudam a compreender as mudanças comportamentais na cidade em um período anterior aos acontecimentos da Defesa Passiva. Ali começava a ser forjado um novo pensamento cosmopolita que na *urbe* Varguista se transformou num terreno fértil para disseminação da ideologia estadonovista e da disseminação dos dados técnicos emitidos em forma de orientação pela Diretoria responsável pela execução da Defesa Passiva na cidade.

¹² CALADO, Luciana Deplagne. *A Belle Époque* nas crônicas de João do Rio: o olhar de um flâneur. **Brazilian Studies Association – BRASA**. UFPB/FAPESQ. Disponível em: <http://www.brasa.org/_sitemason/files/i4kzFC/Calado%20Deplagne%20Luciana.pdf> Acesso em: 18 jun. 2012.

Em suma, fica claro que o tempo encarregou-se de reproduzir em larga escala no centro do Rio de Janeiro um modelo populacional menos afeito à atividade da “enxada” e muito mais influenciado pelos atributos intrínsecos ao desenvolvimento de qualquer grande cidade. As novas avenidas, construções e o espectro de uma nova era de desenvolvimento econômico e social permitiram a disseminação, através das comunicações, de todo o ditame necessário ao implemento das ordens emanadas pelo governo sobre a execução da Defesa Passiva

Um novo *ethos* de cidade e o desenvolvimento da mentalidade urbana podem ser percebidos em 1942 no discurso do Ministro Marcondes Filho, durante a cerimônia de formação das voluntárias cariocas para a Defesa Passiva:

A cidade que devemos defender não é apenas esse cenário que se derrama pelas praias ou se dependura pelas encostas e as largas avenidas asfaltadas, formando a Metrópole imensa que serpeia os deslumbrantes recortes da Guanabara. Há uma cidade espiritual em que vivemos e ainda nos deve ter mais cara. É a cidade da ordem de que necessitamos para o trabalho, da paz que constrói a felicidade dos lares, do pensamento pela harmonia social, da segurança do Estado, que é o lar de uma nação. De nada nos valeria a cidade maravilhosa, sem a outra que se lhe integra, como a alma no corpo se integra.¹³

A cidade e a alma são, na expressão do político, as conjunções do espaço e da mentalidade. Fatores muito bem delimitados no período em que ocorrem os exercícios da Defesa Passiva, o que poderemos ver a seguir.

Vargas Abre Alas: o período Vargasista e as modificações estruturais da cidade na década de 1940

O trabalho de Lima (1990) mostra que as intervenções da engenharia de Vargas na abertura desta artéria no centro do Rio de Janeiro foi o fruto de um projeto político ambicioso, autoritário e nacionalista. Em nome do progresso e do desenvolvimento o regime político vigente desconsiderou a memória coletiva da população ali existente, com a demolição de vários edifícios e monumentos que cruzavam o caminho da grandiosa avenida.

A autora afirma que a prática de arrasamento da cultura material já havia tido seus precedentes na História, como na França de Napoleão III ou na Itália, Alemanha e Rússia da década de 30. Na década de 40 do século XX foi a vez do Rio de Janeiro vivenciar efetivamente uma “drástica cirurgia” político espacial pelas mãos do regime de Estado autoritário que ficou conhecido durante a Era Vargas como Estado Novo.

¹³ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

A larga avenida já havia sido cogitada na confecção do primeiro plano diretor da cidade, feito por encomenda ao urbanista francês Hubert H. D. Agache, entre 1926 e 1930, como fruto das aspirações burguesas da época. O plano previa o remanejamento do centro da cidade segundo a ótica do urbanismo europeu, o que sistematizaria naturalmente a sua expansão.

De acordo com Lima o referido plano não levava em consideração as memórias escritas no longo percurso que atravessou a nova avenida:

Constatamos que, no plano elaborado para a Avenida Presidente Vargas, não foi levada em consideração esta alma da cidade, repleta de tradições. O bairro judeu, as associações de negros, os imigrantes portugueses e italianos que se dedicavam ao comércio local nada significaram para os mentores do plano.¹⁴

Conforme descreve a autora foram demolidos para construção da Avenida Presidente Vargas parte da Praça Onze, as igrejas de São Bento dos Clérigos, de São Domingos, do Bom Jesus e de Nossa Senhora da Conceição. Edificações civis como o Paço Municipal, Escola Benjamim Constant, Asilo dos Velhos, Hospital ao lado da igreja do Bom Jesus do Calvário e 958 prédios residenciais e comerciais cederam “caminho” ao estabelecimento da grande artéria.

Segundo Lima (1990: 29) foi durante a longa administração do prefeito Henrique Dodsworth (3/7/1937 a 3/11/1945) e pelas mãos do Secretário de Viação, o engenheiro Edison Passos que o plano da cidade foi retomado com a proposta de criação da imensa avenida que receberia o nome de Avenida Dez de Novembro, em alusão a data do golpe político que decretou o Estado Novo.

Segundo a autora (1990: 34) a obra foi retratada com muito entusiasmo pelos governantes da época. O prefeito Dodsworth discursando ao presidente Getúlio Vargas, quando da inauguração do primeiro trecho da obra, afirmou que a “cidade maravilhosa” de então passaria a “cidade das maravilhas” a partir do grandioso evento. Lima mostra que o discurso do prefeito destaca o nacionalismo, um dos principais valores defendidos na ideologia do Estado Novo. Com isto, a política urbanística de Vargas conseguiu banir da paisagem carioca vários elementos arquiteturais construídos ao longo do tempo.

¹⁴ LIMA, Evelyn Furkim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1990. 38 p.

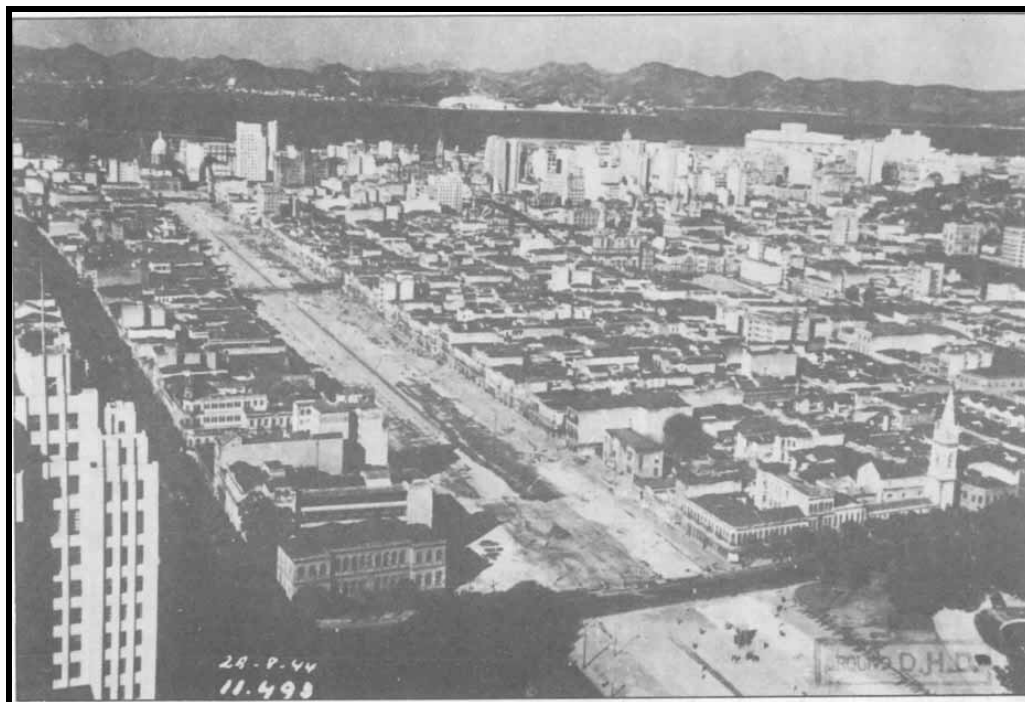


Figura 1. Vista da Av. Presidente Vargas em execução (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)

O trabalho de Lima possui um enfoque político social muito importante para construção de alguns argumentos discutidos neste trabalho. Segundo a autora por detrás do discurso governamental de progresso e desenvolvimento estava a estratégia de destruição das estruturas comunitárias urbanas, que dariam lugar, a partir da inferência da engenharia, aos monumentos simbólicos que representariam a grandeza do poder do regime estadonovista.

Na visão da autora a grande intervenção serviu à produção de novos marcos simbólicos do poder, todos voltados a figura de Vargas e do Estado Novo. O arrasamento da área destinada à construção da avenida não apenas destruiu memórias, mas edificou monumentos que se tornaram marcos da força política do Estado.

Ao longo da avenida surgiram construções arquitetônicas monumentais. “Massas volumétricas de intenso valor simbólico”¹⁵ que na afirmação da autora foram pouco estudadas pela historiografia brasileira. As antigas instalações do quartel general e da Estrada de Ferro cederam lugar ao prédio destinado a ala Duque de Caxias do Ministério da Guerra e o novo edifício da Estrada de Ferro Central do Brasil numa configuração político espacial passível de análise.

Antigo Quartel General Imperial, o estabelecimento militar tornou-se Ministério da Guerra em 1906 pelas mãos do Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca. A arquitetura do

¹⁵ LIMA, Evelyn Furkim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1990. 56 p.

novo Quartel General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias foi construído entre 1937 e 1941, fruto do regime autoritário em que imperava a burocracia militar. A inauguração (1941) e ocupação efetiva (1944) do Palácio Duque de Caxias coincidiram com as datas de início e conclusão da Avenida Presidente Vargas (1941/1944).

Segundo Lima a ala principal do Ministério da Guerra reproduz em grande escala o significado de poder em razão do grande volume e da altura acentuada da torre central. Segundo a autora a qualidade dos materiais utilizados e sua escala monumental intimidam e impõem disciplina.

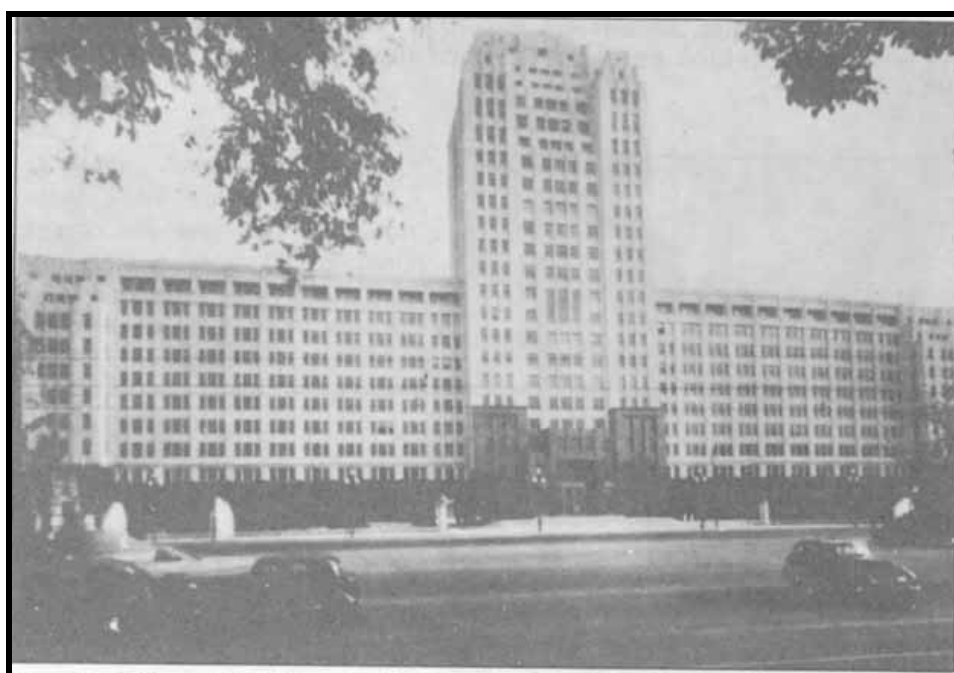


Figura 2. Novo Quartel Militar do Exército – Pavilhão Duque de Caxias – vista frontal (Acervo do Arquivo Histórico do Exército)

Feito com materiais nobres, o pórtico de acesso alude a um pomposo arco do triunfo. Segundo Lima “a maciça base granítica denota a força do poder, em estreita analogia com os pilares dos templos egípcios, espessos e sem vãos.”¹⁶

Pensados no projeto de arquitetura para vigiar aqueles que cruzavam o portal de acesso, os halls dos elevadores do segundo e do terceiro pavimento ofereciam a visão de todo o saguão principal. Para Panofsky (1979 apud LIMA, 1990:71) a forma está presente em todo objeto, sem exceção, e como todo objeto consiste de matéria e forma e quanto maior o equilíbrio entre a idéia e a forma, com mais eloquência a obra revelará seu conteúdo. A autora

¹⁶ LIMA, Evelyn Furkim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1990. 68 p.

acredita que a arquitetura do Palácio Duque de Caxias foi pensada para transmitir esta sensação de poder. Por meio dos detalhes acima apresentados e através da ótica da simetria e da monumentalidade, o Estado e os militares conseguiram exercer a sensação de domínio e poder, sem abrir mão do efetivo controle disciplinar.

O Prédio da Estrada de Ferro Central do Brasil foi o segundo monumento erguido em posição de destaque na Avenida. A primeira construção denominada estação do Campo da Aclamação foi inaugurada em 1858. Sua localização ao lado do Quartel Imperial tinha a finalidade estratégica de permitir o controle da população na área do Campo do Santana.

A partir da Proclamação da República a companhia ferroviária passaria a ser denominada Estrada de Ferro Central do Brasil, acompanhado de uma série de modificações estruturais que visavam alocar diversos departamentos de controle e administração da crescente organização da ferrovia.

Com o aquecimento da economia cafeeira e a intensificação da circulação no centro da cidade, em 1919 já se pensava em uma nova edificação para acolher os trabalhos da estrada de ferro. Representando um considerável fator de desenvolvimento e sem a possibilidade de reformas, em 1936, na esteira do processo de modernização da ferrovia (eletrificação), o monumento analisado toma o lugar da antiga estação. A essa altura, a dimensão de importância que a referida Estrada de Ferro vinha adquirindo ao longo dos anos, e com a presença do quartel militar ao lado da referida estação, a capital do Brasil unia dois marcos simbólicos importantes para expor a centralidade do seu poder.

O Prédio da Central do Brasil (LIMA, 1990:88) mantém um íntimo relacionamento com o lugar que ocupa, com a sociedade e com os momentos que presenciou. Segundo a autora ele é um grande signo de representatividade para a população carioca que com ele se identifica.

A inauguração oficial do prédio ocorreu em 29 de março de 1943 com o tom de um grande evento cívico. Do alto de um palanque uma chave pôs a funcionar o relógio da torre principal. A solenidade também contou com a uma viagem inaugural de um trecho eletrificado entre Nova Iguaçu e Morro Agudo e com um pomposo baile para as autoridades no próprio edifício recém construído, de forma a promover a imagem progressista do governo.

A fim de reforçar visualmente a imagem simbólica do poder, seu projeto contou com uma série de modificações, o que fez com que a idéia inicial sofresse uma série de enxertos volumétricos. A torre tornou-se um elemento importante desta simbologia, pois desde os

tempos remotos representou o signo do poder mítico, no qual a “verticalidade faz crer que a matéria atinge os espíritos superiores, toca o firmamento.”¹⁷

Quando a pedra fundamental do projeto havia sido lançada, a ditadura ainda não havia sido instaurada. Porém a execução demorada do projeto alcançou o período estadonovista, fazendo com que a construção assumisse proporções monumentais, que correspondia às ambições governamentais do regime de Vargas.

A relação do espaço com o monumento é o ponto fundamental da análise de Lima. Segundo afirma a autora sobre o Edifício Central do Brasil:

O hábito de visualizá-lo perfilado ao longo do grande vazio, de perto ou de longe, parado ou em movimento, à noite ou à luz do sol, com a torre altaneira e o relógio a marcar a passagem do tempo, confere à obra uma conotação de referencial. Sua silhueta, delineada contra a inóspita topografia do morro da Providência, tendo ao lado a maciça muralha fortificada do Ministério da Guerra, constituiu-se no verdadeiro *landmark* descrito por Kevin Lynch.¹⁸

Lynch (1971 apud LIMA, 1990, p. 93) afirma que os *landmarks* tornam-se mais identificáveis, mais fáceis de serem escolhidos como significantes se possuem uma forma bem delineada contrastando com a paisagem.

O Edifício Estrada de Ferro Central do Brasil representava um típico *landmarks*.



Figura 3. Prédio da Central do Brasil (atual Edifício D. Pedro II), projeto R.M. Carvalho, Adalberto Szilard e Geza Heller, 1937. (Arquivo do Departamento de Patrimônio da CBTU)

¹⁷ LIMA, Evelyn Furkim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: DGGI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1990. 92 p.

¹⁸ *Ibid.*, 93 p.

Segundo conclusão da autora o Ministério da Guerra e o Edifício Central do Brasil assumiram a partir de 1943 e 1944 a função de estrelas do novo espaço delineado pelo regime autoritário, tornando meros coadjuvantes as edificações remanescentes. Para Lima, a Avenida não foi concebida para ser vivida pelos transeuntes, mas para servirem de espaços cênicos, teatrais, do poder. O espaço aberto pelo traçado da construção serviu como um amplo e extenso palco, onde indivíduos bem preparados assumiram o papel de atores do poderio nacional.

Como característica do poder totalitário, o grande espaço no centro do Rio de Janeiro assumiu a função de local das paradas militares, das revistas às tropas, do cerimonial da força e do poder. O espaço que foi projetado para acolher os batalhões militares, o palanque das autoridades por onde desfilavam fardas e insígnias reluzentes, foi o palco onde se reproduziu o exercício do poder.

De acordo com Lima (1990:104) foi no espaço do traçado da larga avenida que o projeto político assumiu seu verdadeiro sentido: “disciplinar as populações marginais” e “regularizar o espaço para exercer o controle”.

Foucault afirma sobre a questão que:

Na disciplina os elementos são intercambiáveis pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação) nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila e na técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações.¹⁹

O projeto de Vargas não pretendia ser uma grande obra de arte. O complexo formado pelos dois monumentos analisados reflete o simbolismo da relação de força entre a arquitetura e o homem. Ao Estado Novo interessava o brilho simbólico e a glória do poder. Ante as razões alegadas para construção da suntuosa avenida, ao presidente importava os efeitos superficiais de monumentalidade e riqueza que a larga artéria passou a conferir à cidade.

Foi naquele palco montado que as forças militares puderam exercer significativa influência no comportamento da população, chamados a defender os interesses do Brasil no processo de preparação para a guerra, e no que coube aos cidadãos, a preparação para realização da Defesa Passiva.

¹⁹ LIMA, Evelyn Furkim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1990. 104 p.

Capítulo II

AS FORÇAS ARMADAS

Exército: panorama político

A escolha do Exército não seguiu critérios de uma simples predileção. Toda historiografia quando discorre sobre a participação política das Forças Armadas nas questões internas dos séculos XIX e XX norteia-se pelo vanguardismo verde oliva, em diversas tensões políticas e sociais ocorridas ao longo destes dois séculos. Segundo afirma Stepan (1975: 25) graças a dispersão geográfica de seus efetivos por todo o país, e principalmente em razão do seu efetivo numericamente superior, o Exército desponta como a instituição armada de maior peso político na história do país.

Alfred Stepan destaca que:

O Exército brasileiro tem sido a mais poderosa, politicamente, das três Forças Armadas no século XX. Sua atividade, muito mais do que a da Marinha ou a da Aeronáutica, foi decisiva nas crises entre civis e militares de 1930, 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964.²⁰

Com uma visão quase ufanista do Exército McCann (2009) afirma que a Força postou-se como liderança política no processo de estabelecimento da república, possibilitou o amadurecimento do regime republicano, fazendo oposição à República Velha com o movimento tenentista na década de 20, e participou frequentemente do jogo político estabelecido no período varguista.

Já Carvalho (2002) realiza um questionamento sobre o papel relegado pela historiografia às Forças Armadas, nos processos políticos vivenciados a partir da República. Segundo o autor, fazendo alusão à autoridade exercida pelo Imperador durante o período imperial brasileiro, a instituição atuou como uma espécie de poder *moderador* no seio das principais esferas civis militantes, tanto no processo republicano, como nos antecedentes da Revolução de 30 e posterior período varguista. Diferente da historiografia convencional, Carvalho ressalta a papel do Exército como ator político autônomo, agindo segundo demandas internas, e não simplesmente como agente institucional das massas políticas revolucionadas:

O Exército não devia ser instrumento político dos chefes civis, como era prática na Primeira República, nem fator de revolução social, como queriam os "tenentes". Devia ter papel tutelar sobre o governo e a nação.²¹

²⁰ STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975. 25 p.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 105 p.

A instituição Exército Brasileiro, conserva a idéia da Batalha dos Guararapes como seu mito fundador. No entanto, foi a partir da Guerra do Paraguai que se observou a participação maciça de um corpo armado regular. A partir desta Guerra tornou-se perceptível o ímpeto institucional na busca de um novo papel na estrutura de Estado, pois suas contribuições para a defesa dos interesses nacionais o legitimavam como *locus* de garantia da soberania e dos interesses nacionais.

O estabelecimento do regime republicano talvez seja o mais importante ponto de interseção entre o Exército e a esfera da política institucional brasileira. Segundo a bibliografia consultada o Exército foi o condutor do processo de instalação do regime republicano no Brasil.

Coelho (1976) é um dos precursores da historiografia militar a relegar um papel mais autonomista às Forças Armadas. O autor se opõe frontalmente a concepção instrumental que coloca o Exército como força estatal a serviço das classes dominantes, tal como ocorre na perspectiva *Oligárquica*, onde as classes abastadas do setor agrário “comandam o Exército e dele lançam mão nos momentos de crise do sistema de dominação vigente”²² ou mesmo na concepção dos *setores médios*, onde o Exército é visto como “agente político organizado das classes médias, sobretudo das classes médias cartoriais”²³.

Além da perspectiva oligárquica e dos setores médios, Coelho destaca a recorrente visão *moderadora*, na qual a instituição armada é vista através de uma função arbitral, cujo pensamento se forjava fora do ambiente militar, influenciado diretamente pelas correntes predominantes da opinião pública. Estas visões acreditam que para o estudo do Exército é necessário que a investigação historiográfica se concentre no jogo de interesses antagônicos das classes sociais, dispensando o estudo da organização militar ou relegando-o a um plano secundário.

Coelho sugere o exame de um Exército movido por suas demandas. Não necessariamente correspondendo aos conflitos sociais e seus antagonismos, mas em primeira análise a uma incontestável busca de reconhecimento. O Exército buscou construir-se ao longo do tempo como uma instituição forte, cujas qualidades e feitos históricos pudessem ser notoriamente reconhecidas. Suas ações visavam estruturar perante a sociedade a imagem do soldado modelo, paradigma dos ideais, valores e virtudes militares tradicionais. O autor quer

²² COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. 18 p.

²³ *Ibid.*, 19 p.

provar que esta interação ao meio político nada mais foi do que a intervenção de uma instituição em busca de identidade, não somente para reforçar sua finalidade perante a sociedade, mas também para realizar o ajuste de suas demandas reprimidas ao longo do tempo.

O período anterior a fase republicana mostra que o Exército quase pereceu em decorrência de seus efetivos reduzidos, comparado aos da Guarda Nacional. Sobre isto Coelho afirma que a “República teria sido o artifício de que serviu o Exército para não perecer.”²⁴ Ser militar na Monarquia não era referência de status social. A classe não era bem vista pela elite e a rispidez dispensada nos períodos de formação e recrutamento contribuiu para formação de uma imagem negativa. A carreira militar quando muito só atraía os jovens de tradição militar familiar e, por conseguinte também àqueles a quem a rotina castrense era imposta.

Baixos soldos, transferências indesejadas e supervalorização da Guarda Nacional contribuíram para o amadurecimento de um Exército que buscava seu espaço na sociedade. Condição que passava pela busca das condições de existência.

O grande investimento dispensado pelo Ministério da Guerra no período compreendido pela Guerra do Paraguai serviu de referência para as classes dirigentes do Exército, que se sentiram abandonadas no período posterior a guerra. Os anseios por um Exército mais bem equipado e profissionalmente melhor treinado fizeram surgir a expectativa de que a sociedade civil, de onde advém a classe política, deveria retribuir o “tributo de sangue” a que os soldados foram submetidos na campanha do Paraguai.

Todas estas condições e a penetração de ideais positivistas pelas mãos de Benjamin Constant permitiram que amadurecesse no Exército ideais progressistas, conjuntura que o levou a liderança do movimento republicano deflagrado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Mesmo com a divisão observada na Força entre *Oficiais Científicos*²⁵ e *Oficiais Tarimbeiros*²⁶ não permitiu que se desviasse o foco do interesse maior, que se configurou nesta tentativa de ingresso na sociedade política, vista no advento republicano.

As considerações de Carvalho (2006:48) dão conta que a instituição atuou intensamente tanto na oposição como na rearticulação de um novo modelo republicano, como

²⁴ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. 46 p.

²⁵ Coelho afirma que estes oficiais possuíam uma formação consistentemente pautada nas humanidades. Fortemente influenciados pelo positivismo de Comte, este grupo se opôs frontalmente à monarquia vigente no país.

²⁶ Segundo Coelho estes eram oficiais mais antigos, mais rústicos, foram feitos à sombra da monarquia e nas campanhas militares do Império.

observado no movimento tenentista²⁷ da década de 20 e nas bases políticas que se forjaram na Era Vargas. As colunas que se formaram e que percorreram o país a partir de 1922 com a revolta de jovens oficiais no Rio de Janeiro e 1924 em São Paulo tinham a finalidade de recuperar o prestígio perdido pelo Exército durante o governo oligárquico civil, ao mesmo tempo em que requeria mudanças na estratégia de defesa nacional.

Comandadas pelo coronel Miguel Costa, da Polícia Militar de São Paulo, e pelo capitão Luis Carlos Prestes, do Exército, mesmo derrotados em 1922, 1924 e 1927 estes tenentes aguardaram circunstâncias políticas favoráveis, reaparecendo em 1930, oferecendo liderança militar decisiva nos desdobramentos de 1930.

Na visão de Carvalho (2002) a instituição conseguiu o apoio de alguns setores da sociedade:

O caráter corporativo inicial do movimento foi aos poucos dando lugar a reivindicações que tinham por alvo combater o domínio exclusivo das oligarquias sobre a política. O movimento ganhou a simpatia de outros grupos insatisfeitos, sobretudo os setores médios das grandes cidades. O tenentismo não tinha características propriamente democráticas, mas foi uma poderosa força de oposição. Todo o período presidencial de 1922 a 1926 se passou sob o estado.²⁸

O Exército possuía interesses dissonantes da aristocracia rural. Segundo Carvalho (2002:96), diferente dos outros países da América Latina, a nossa independência não se fez a partir de uma guerra civil, fato que não permitiu a eminência de caudilhos militares ligados à propriedade da terra. Tanto em 1889, quanto em 1930, o Exército Brasileiro não era um aliado das oligarquias. Os poucos oficiais filhos de proprietários rurais vinham quase todos do Rio Grande do Sul.

Logo, a instituição era uma força que disputava o poder político com a oligarquia rural. A jovem oficialidade de 1889, grosso modo, foi fortemente influenciada pelo positivismo, uma ideologia industrializante, técnica, antibacharelesca e inclinada às ciências. Os positivistas faziam oposição aos proprietários e a elite política civil.

A experiência comungada pela jovem oficialidade desde 1922 fez com que se forjassem idéias sobre investimentos na indústria básica e sobre a necessidade de reformas no cenário político.

²⁷ Segundo Carvalho o movimento se inicia através das chamadas “cartas falsas”, que continham possíveis ofensas de Arthur Bernardes dirigidas ao Marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar, consideradas uma afronta à honra da força terrestre.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 91 p.

Dentro do Exército, a visão era de que o governo deveria ser usado para construção de um poder centralizado, combatendo as oligarquias e reformando a sociedade. As conseqüências seriam as promoções da industrialização e a modernização do país. O tenentismo não era um exemplo democrático, mais se mostrava como uma força renovadora.

Através da exposição de Coelho e do autonomismo institucional relatado por Carvalho, vemos que no período de 1889 até o final dos anos 30, é possível dizer que o Exército em seu processo de amadurecimento institucional passava a idéia de que a Força tenha tentado agir como porta-voz da sociedade, seja por alimentar a crença no bem da unidade nacional e do progresso, ou mesmo em nome das demandas internas reprimidas ao longo do tempo.

A reação dos anos 20 ou na aliança dos anos 30 o Exército envidou esforços para subverter a política dos governos produtores de café em um novo pacto político-social, visto na chamada Era Vargas. Atuando pela nação ou por sua própria condição de existência, conseguiu construir uma imagem pública de serenidade e de respeito aos valores da pátria. Na busca de sua identidade, inspirou as pessoas a enxergá-lo como local de garantia da soberania, mentalidade que bastante inspira este estudo, principalmente pela crença de que este setor armado da sociedade era a principal referência institucional no combate a guerra que assolava o mundo na década de 40 do século XX.

As Forças Armadas, em especial o Exército, em sua preparação para o advento da Segunda Grande Guerra, foram os condutores do esforço de colaboração que se buscou alcançar com a prática da Defesa Passiva em território brasileiro.

De instituição rarefeita no império o Exército passou por um longo processo que o tornou núcleo profissional uniforme, servindo de norte para atuação civil dos corpos civis que se propuseram a colaborar com o Exercício da Defesa Passiva em território nacional durante a segunda guerra.

O Exército no período da Guerra

Para a investigação sobre o que foi a Defesa Passiva na cidade do Rio é importante compreender como foi o Exército nos anos que antecederam ao período da 2ª Grande Guerra. Os trabalhos de Coelho (1976) e Carvalho (2006) nos fornecem pistas para entender a construção de um discurso de bases políticas, perfeitamente articulado a esfera social, permitindo com isso evidenciar o sentido imposto pelo processo de sedimentação ideológica dentro da instituição.

A historiografia aqui discutida tem por mérito analisar a instituição como força política autônoma, guiada não apenas por agentes externos, mas pelas demandas internas reprimidas antes da República e em menor grau durante o governo civil da República Velha.

Analisando o processo de construção da sua *identidade* podemos definir a corporação que constituiu efetivos para o teatro de operações europeu e que na década de 40 do século XX pode ter pareado as ações civis aqui discutidas no exercício conhecido por Defesa Passiva.

É impossível falar do Exército deste período sem procurar compreender as alianças que se estabeleceram com o governo Vargas. Carvalho (2006: 102) chama de lua de mel, uma das três fases²⁹ vivenciadas pela Força e afirma que o presidente incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político.

Coelho (1976) descreve o processo de transformação a que a instituição passou a partir de 1930, principalmente pela interferência do governo Vargas, sobretudo pela necessidade de manter as suas bases de governabilidade após a Revolução Constitucionalista de 1932. Após a Revolução de 1930 houve espaço para atuação de uma corrente de oficiais, que não eram reacionários como tenentes da década de 20 e se mantiveram neutro durante a campanha tenentista.

Era um grupo de oficiais, profundamente influenciados pela Missão Militar Francesa e com grandes aspirações de carreira. O Tenente Coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro tornou-se uma das figuras militares mais expressivas para o êxito do governo Vargas. Segundo Coelho “Foi o principal inspirador e articulador do Estado Novo e homem forte do regime. Sem ser estimado dentro do Exército, seu prestígio foi incontestável”.³⁰

Góes Monteiro teve importância fundamental na constituição de uma instituição autônoma, isenta dos desmandos das facções partidárias que por vezes interferiam nas estruturas internas do Exército. Ao mesmo tempo em que o Exército auxiliou a construção do Estado Novo, apoiando Vargas, institucionalizava sua identidade.

Góes Monteiro é considerado o principal inspirador e articulador do Estado Novo e homem forte do regime. Empenhou duras críticas à forma com que eram conduzidos os

²⁹ Em seu trabalho sobre as Forças Armadas Carvalho estabelece três tempos cronológicos sobre o relacionamento de Vargas com as FA. O *Namoro* que vai de 1930-37 onde alianças foram estabelecidas para o fortalecimento da organização militar e o controle simultâneo de seus chefes. A *Lua-de-mel* que vai de 1937-45, onde as FA fornecem o suporte político-militar para o estabelecimento do Estado Novo. E a terceira fase caracterizada pelo *Divórcio*, de 1946 a 1964, no Pós-guerra, onde o alinhamento de Vargas com a esquerda, similar ao peronismo argentino de 1943, e a preparação para democratização, tornam-se dissonantes do anticomunismo e da pretensão de guiar o Estado, presente no seio das FA.

³⁰ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. 99 p.

corpos militares, constantemente fracionados por interferências de correntes partidárias das mais diversas origens. Havia o que o velho militar chamava de fracionamento disciplinar. As rupturas ideológicas nos corpos militares geravam uma grande fragilidade nas relações de subordinação no Exército. Um regime político consistente dependia de um Exército forte.

Segundo afirma Coelho (1976), Góes Monteiro acreditava que até então o Exército havia agido quase sempre como uma força pretoriana ou miliciana a serviço das facções políticas civis. A força havia sido por vezes utilizada como parte ativa nas competições facciosas ou mesmo de opinião que surgiam no cenário político.

Segundo Góes Monteiro o Exército não deveria ser político. O sentimento político deveria ser criado no sentido de fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército:

A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria.³¹

Sobre o Estado Novo, Coelho afirma que este “não fora instituído para favorecer as classes militares, mas para organizá-las, livrá-las das incursões do partidarismo político, aparelhá-las, discipliná-las espiritualmente para seu imenso e árduo labor técnico.”³²

Reestruturando à Força, Góes Monteiro procurou adotar um modelo organizacional que extirpasse a indisciplina social transmitida ao Exército. Segundo sua visão, o Exército e a Marinha seriam os responsáveis máximos pela segurança interna e externa do país. Não poderia haver um Exército indisciplinado em uma nação indisciplinada. Até a época de Góes Monteiro não havia uma concepção tão coerente e global sobre as relações civis e militares, na história do pensamento militar brasileiro.

A política elaborada por Góes Monteiro ia muito além de um simples programa de reestruturação do Exército. Tratava-se de um conjunto de idéias que contribuíram para elaboração de um projeto nacional, pautado no nacionalismo e na repressão do partidarismo militar.

A revolução constitucionalista de 1932 mostrou aos militares que a capacidade industrial era a condição básica da capacidade militar. A repressão do movimento exigiu do Exército esforços acima de sua capacidade material.

³¹ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. 103 p.

³² *Ibid.*, 102 p.

Góes Monteiro destacava que “a potência industrial e militar de São Paulo dá-lhe superioridade em efetivos e meios...”³³ A investigação militar verificou a debilidade na contingência de combustível o que levou o governo a criar o Conselho Nacional de Petróleo. O Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra apontava para necessidade de criação da siderurgia nacional, a fim de aumentar a capacidade combativa de nossos exércitos.

As atividades de repressão às dissensões políticas se tornaram mais intensas, principalmente após a chamada Intentona Comunista de 1935 ficando claro que os efeitos dos conflitos e da pluralidade ideológicas tornavam extremamente vulnerável a hierarquia e a tendência ao monolitismo, ambicionado por Góes Monteiro.

É importante salientar que todas as mudanças ambicionadas pelo grupo liderado por Góes Monteiro e o próprio acordo político que permitiu os desdobramentos do Estado Novo foram pautados na crença de que estas decisões estariam salvando o Brasil da catástrofe e garantindo a segurança futura da nação.

Romântica ou não esta visão demonstra de que maneira o Exército e as Forças Armadas estavam organizados no período em que ocorreria a preparação para a Defesa Passiva. Nesta nova perspectiva “apolítica” dos militares não havia mais espaço para crises como as ocorridas em 1922 ou 1935. Estava em vigor a política do Exército profissional, coeso e expressivamente muito mais visualizável pelas diversas instâncias sociais. O Exército deste período é aquele que estaria pronto para o emprego da guerra, sem questionamentos ou dissensões. Getúlio Vargas em seu acordo político com os militares conseguiu remodelar as Forças Armadas para o período do Estado Novo.

O então Sargento Getúlio Vargas em 1903 constatara a precariedade de mobilização na fronteira. A Revolução de 30, a rebelião paulista de 1932 e a Revolta Comunista de 1935 evidenciaram as fraquezas estruturais e materiais enfrentados pelo Exército e pela Marinha do Brasil no período, ainda muito próximo do vivido por Vargas.

Segundo o trabalho de McCann (2009:509) a parceria do General Eurico Gaspar Dutra, Góes Monteiro e do presidente Getúlio Vargas fortaleceu a centralização do governo nacional, modernizou o Exército e o levou à guerra contra a Alemanha. A atuação dos Generais ajudou a eliminar os regionalismos políticos, combatendo a ameaça à integridade da pátria e fez das Forças Armadas o moderador do sistema político no restante do século.

³³ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. 107 p.

Com a instauração do Estado Novo, o Exército se tornou o principal instrumento de controle do Governo Central. Passou a valer a idéia do Exército como parte essencial do Estado, fruto da ideologia de neutralidade política.

Carvalho (apud MCCANN, 2009: 551) prova que as correntes rivais dentro do Exército pós-1930 mostraram que os tenentes “intervencionistas reformistas”

forjaram uma aliança com os oficiais interessados na profissionalização, que desejavam reestabelecer a disciplina e a hierarquia para obter o Exército de seus sonhos. O resultante “intervencionismo conservador” teve sua expressão mais completa no Estado novo. Oficiais de carreira que se jactavam de seu ferrenho legalismo louvavam a ditadura como “um regime de paz política e verdadeira preocupação com as Forças Armadas”. Os profissionais aceitaram a intervenção política do Exército porque, como explicou Murilo, era “benéfica aos interesses específicos da *establishment* militar”.³⁴

Este Exército organizado e ambicionado por Dutra e Monteiro constituiu-se na imagem de uma Força altruísta em que a população da cidade podia se espelhar. Em pleno período de adestramento da população carioca o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, durante o transcurso do aniversário do Estado novo, deixava claro a vontade de se ter um Exército que espelhasse o povo que defendia.

Dutra e Monteiro desejavam uma Força alinhada à nação e tudo que ela representava. O Ministro Dutra, no momento em que o país se preparava para entrar na Guerra afirmava que:

O Exército, que se orgulha de ter vivido sempre identificado com o povo, desde os tempos coloniais, nos primeiros passos da nossa independência política, nas lutas pela unidade e integridade da Pátria, na Abolição, na República e na instauração do Novo Regime Nacional, não deixara de estar agora com ele [Getúlio Vargas], formando uma só legião, firme e altiva, na defesa da nossa liberdade e da honra nacional.³⁵

Esta era a forma pela qual o Exército, ao menos do ponto de vista do Estado, procurou ser enxergado pela população de uma maneira geral.

Poder simbólico do Exército

O Estado sempre recorreu ao Exército, como recurso decisivo para as mais diversas tragédias da vida nacional. Constantemente o aguçado imaginário popular a coloca como repartição pronta e apta a auxiliar nos grandes eventos de comoção nacional. Desabamentos,

³⁴ McCann, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. 551 p., grifo do autor.

³⁵ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

surtos, epidemias ou grandes calamidades são recorrentes fatores para que a instituição seja chamada ao socorro da nação.

A historiografia que trata do tema relacionado à atuação das Forças Armadas no cenário político do país, tenta provar que o Exército atuou de maneira autônoma nos diversos momentos marcantes de nossa história.

Especificamente o momento marcado pela 2ª Guerra Mundial e consequente atuação da FEB no Teatro de Guerra europeu torna-se uma referência para avaliação que pretendo realizar. O Decreto-lei nº 4.098, de 13 de maio de 1942, instrumentalizava as noções necessárias para aplicação do exercício de prevenção a ataques antiaéreos. No entanto, além de investigar a ligação do Exército com esta prática, esta pesquisa se interessa pela percepção que a maioria da população tinha em relação ao Exército, instância maior no processo de preparação para a guerra. Carvalho (2006) destaca em seu trabalho o papel secundário da Marinha nos eventos da década de 30 e se quer noticia a atuação da Força Aérea, inexpressiva do ponto de vista político e numérico nesse período.

A influência da organização verde oliva, deve ser entendida no contexto de uma incipiente rede de comunicação de massas e pelas referências palpáveis que a população tinha no seu imaginário.

Vargas declarou guerra ao Eixo em agosto de 1942 e a FEB foi constituída a partir de 1943. Esta movimentação já era percebida pela população através do clima de guerra reproduzido nos jornais. O Exército era o que havia de mais visível em termos de mobilização. Segundo descreveu o comandante da FEB, General João Baptista Mascarenhas de Moraes (2005), o Exército se apresentava em desfiles retumbantes pelo Rio de Janeiro:

na tarde de 31 de março (...), a Infantaria da 1ª DIE, sob o comando do General Zenóbio da Costa, desfilou pelas principais avenidas do Rio de Janeiro, entre delirantes aclamações de enorme massa popular.³⁶

O sentido ritualístico cerimonial inculcido em tal acontecimento mostrava que o Exército sempre buscou um estreitamento entre as ações da caserna e uma determinada percepção do grande público. Mais do que influenciar a moral da tropa, eventos dessa natureza buscavam a ratificação de uma identidade positiva, constituída nesse momento pela concretização da reação de uma nação frente aos acontecimentos da guerra.

O Exército e as Forças Armadas se colocaram na vanguarda do processo de preparação para a guerra, não só pela lógica do seu papel constitucional, mais principalmente por

³⁶ MORAES, João Baptista Mascarenhas de, 1883-1968. **A FEB pelo seu comandante / João Baptista Mascarenhas de Moraes**. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2005. 34 p.

constituir um modelo que facilitou a acepção das massas sobre seu compromisso com a defesa do Brasil.

É muito mais lógico pensar que a guerra é tarefa de militares e os civis deveriam prosseguir com as atividades domésticas e cotidianas. Porém um grande evento como foi a Segunda Grande Guerra requereria um algo a mais de todas as esferas sociais, pois como iremos ressaltar no próximo capítulo, a Guerra trouxe implicações de diversas ordens para a sociedade brasileira.

Contudo, acredito ser um ponto decisivo para argumentação da expressão simbólica do Exército, a construção do Palácio Duque de Caxias durante o Estado Novo, conforme foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho. Evelyn Lima (1990) fala da intenção do governo da época em construir monumentos que evidenciassem a expressão do poder daquele regime, onde imperava a burocracia militar.

Analisando Lima (1990) percebo que os aspectos iconográficos do período varguista já mostravam a imagem de uma instituição bastante sólida. Acredito que a cidade que vivenciou intensa preparação para aplicação da Defesa Passiva, naquele momento já enxergava com segurança, através do palácio Duque de Caxias, a instituição que por anos trabalhava em *Busca de identidade*, como descrito no trabalho de Coelho (1976).

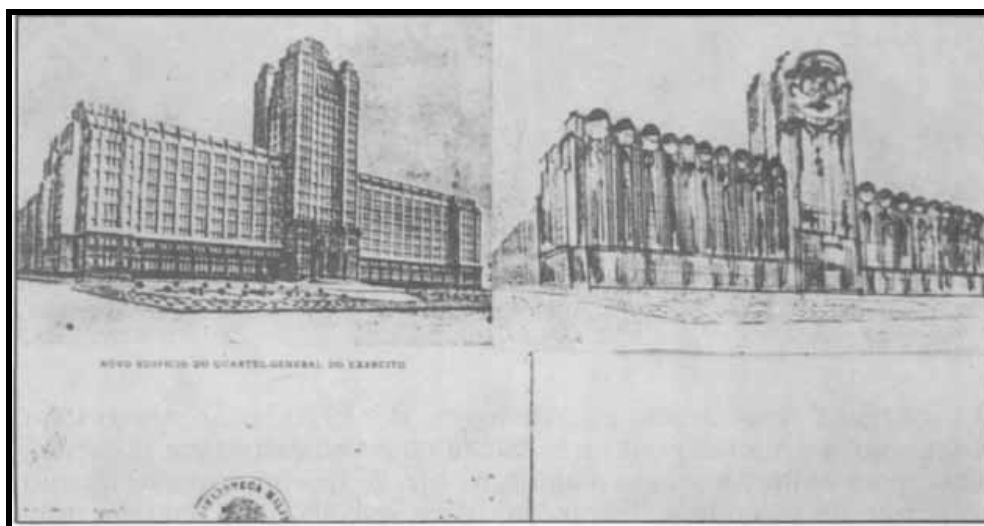


Figura 4. O prédio do Ministério da Guerra aludindo a um general marchando à frente de suas divisões (croqui sobre xerox)

Assim como o Exército sempre se preocupou em retratar nas suas memórias a figura do estadista militar, sobrepujando todas as dificuldades e marchando à frente dos seus efetivos em busca da vitória. Acredito ser coerente afirmar que a concepção arquitetônica do Ministério da Guerra na década de 1940 é a consolidação da imagem virtuosa que o Exército

tentou construir ao longo dos tempos, e que efetivamente serviu de inspiração no processo de cooptação dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro para montagem das engrenagens da Defesa Passiva.

Capítulo III

A DEFESA PASSIVA

A Defesa

Nada de fato ocorreu para que houvesse a certeza de um ataque aéreo inimigo. Contudo, a conjuntura dos acontecimentos mundiais permitia tal crença. A diretoria responsável pela Defesa Passiva organizou ciclos de instruções à população mediante a confecção de notas que tratavam de fornecer informações sobre os detalhes e procedimentos a serem observados pelos cidadãos em caso de exercícios, ocorridos na cidade, ou mesmo em situações reais, que de fato não chegaram a ocorrer. Assim, a Defesa Passiva consistia num conjunto de informações e simulações destinadas ao adestramento da população, para o caso de um possível ataque aéreo.

Acredito ser relevante compreender que a disseminação desta estratégia pode ter servido para amenizar os efeitos de possíveis alardes gerados pelas notícias vindas da 2ª Guerra Mundial.

Na prática, a Defesa Passiva informava sobre o lado da calçada que deveria ser usado em caso de ataque aéreo, os locais e abrigos a serem acessados, os tipos de bombas que poderiam ser usados pelos invasores, o reconhecimento dos sons de alerta e o que eles significavam, a disciplina a ser adotada nas residências durante o ataque, tais como apagar todas as luzes, desligar saídas de gás, munir-se de documentação e até mesmo a postura durante o tráfego na cidade, parando veículos em acostamento e prosseguindo a pé, ou até a situação de amarrar as rédeas dos animais junto ao meio fio e prosseguir a pé por via segura, em caso de veículos com tração animal.

A lei tratava o assunto da seguinte forma: o Decreto-Lei nº 4.098 definia o exercício como o “encargo necessário à defesa da Pátria, que deve ser cumprido em todo o território nacional na forma e sob as penas cominadas nesta lei”³⁷. Mais objetivamente, como define o Art. 1º do Decreto nº 12.628, Defesa Passiva é a organização que tem por fim “estabelecer métodos e precauções de segurança que lhe garantam não só a proteção do moral e da vida da

³⁷ BRASIL, Decreto-Lei nº 4.098, de 6 de Fevereiro de 1942. Define, como encargos necessários à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva anti-aérea. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/> > Acesso em: 24 jun. 2011.

população, assegurando-lhe a normalidade, como a proteção do patrimônio material, cultural e artístico da Nação”.³⁸

A Defesa Passiva foi um exercício criado em fevereiro de 1942, com encargos iniciais previstos para o Ministério da Aeronáutica, e que em agosto de 1942, de acordo com Decreto-Lei nº 4.624, teve as atribuições transmitidas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A este ministério coube a organização e montagem do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea - SDPAAe no território nacional, o que posteriormente deu origem a criação e organização da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea - DNSDPAAe, que pelo Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de setembro de 1942, teria sede no Distrito Federal.

Uma sequência de leis sistematizou e transformou o exercício em prática. Os decretos-lei surgiram com a finalidade de organizar a estrutura onde seriam forjados os conhecimentos que normalizariam o padrão de conduta da população em caso de ameaça eminente.

O Decreto-Lei nº 4.716³⁹ foi criado com uma previsão de recursos para instalação e manutenção da estrutura administrativa da defesa passiva. Na lei foram estabelecidos recursos para comissão e gratificação de pessoal. Verbas para aquisição de material permanente e de consumo, além de previsões para custeio de água, luz, aluguel e despesas imprevistas, não constante das tabelas.

A partir do Decreto-Lei nº 12.628⁴⁰ ficam claras as obrigações de todos os habitantes, nacionais ou estrangeiros, que envolviam responsabilidades de receber instrução sobre o serviço; possuir meios de defesa individual; obedecer às autoridades qualificadas, cooperando para o perfeito desempenho do exercício; socorrer seus semelhantes; atender aos sinais de alarma; extinguir ou velar luzes quando determinado e atender a ordem de convocação para o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea.

Além das obrigações gerais, este decreto continha as previsões penais para os que não colaborassem com a execução do exercício propriamente dito. As penas⁴¹ iam de multas que variavam de Cr\$10 a Cr\$1.000,00 e a prisão que ia de 1 a 3 meses, aplicada pelo Chefe da Fiscalização.

³⁸ BRASIL, Decreto nº 12.628, de 17 de Junho de 1943. Regulamenta a execução do decreto-lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>> Acesso em: 24 jun. 2011.

³⁹ BRASIL, Decreto nº 4.716, de 21 de Setembro de 1942. Dispõe sobre a criação e organização da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, com sede no Distrito Federal, e dá outras providências. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>> Acesso em: 24 jun. 2011.

⁴⁰ BRASIL, Decreto nº 12.628, de 17 de Junho de 1943. Regulamenta a execução do decreto-lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>> Acesso em: 24 jun. 2011.

⁴¹ Descrição das penas e suas aplicações, contidas em planilha do Título V da Lei 12.628.

A lei previa o julgamento ou reprocessamento das penalidades em foro militar, subordinando civis e autoridades do Estado à esfera da justiça militar. Os últimos concorriam para penas de demissão ou até mesmo para perda de direitos políticos. Tal delimitação demonstra que o exercício era realmente encarado como um dos componentes necessários a uma estratégia de inserção da população na Guerra, e que em grau menor, as pessoas seriam julgadas por suas infrações, assim como é julgado o soldado que não cumpre suas atribuições na convocação para guerra.

Na concepção das leis sobre a defesa passiva existia um claro objetivo de tornar as ordens escritas em ações práticas. A preocupação em transformar o assunto em algo profundamente conhecido da população se deu com o Decreto-Lei nº 4.800⁴² de 6 de outubro de 1942 tornando obrigatório o ensino da defesa passiva nas instituições regulares de ensino, fossem elas oficiais ou particulares.

Na edição do dia 7 de outubro de 1942 o Diário Carioca⁴³ destacava o fato, noticiando à população que o ministro da educação disporia de regras após contato com o ministro da Justiça. Conforme a manchete daquela edição informava, o Presidente da República assinara o Decreto-Lei que tornou obrigatório o conhecimento dos procedimentos inerentes a aplicação da Defesa Passiva, por parte de professores e funcionários administrativos destes estabelecimentos de ensino, os quais seriam responsáveis por reproduzir estes conhecimentos no meio discente.

A inserção deste conteúdo no ambiente escolar e em instrumentos de mídia popular como o rádio e alguns periódicos demonstram que havia uma clara intenção de não tornar os atos publicados nas popularmente conhecidas “leis para inglês ver”.

Em setembro de 1943 outro decreto⁴⁴ modificaria a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti - Aérea e da respectiva Diretoria Nacional que passa a denominar-se Serviço de Defesa Civil, configurando-se então na célula do organismo, que ao longo dos anos, se tornou responsável pela segurança e proteção das populações que habitam as cidades.

O que mais nos interessa desse conjunto de legislações é a previsão de publicação em jornais, revistas e outros periódicos de comunicados da Direção Nacional e das Diretorias

⁴² BRASIL, Decreto-Lei nº 4.800, de 6 de Outubro de 1942. Torna obrigatório o ensino da defesa passiva, e dá outras providências. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>> Acesso em: 24 jun. 2011.

⁴³ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 7 out. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4390.

⁴⁴ BRASIL, Decreto-Lei nº 5.861, de 30 de Setembro de 1943. Modifica a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti - Aérea e da respectiva Diretoria Nacional. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>> Acesso em: 24 jun. 2011.

Regionais do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea. Pois é justamente através destes informes da DNSDPAAe que se dava o diálogo entre o Estado e a população.

O Exercício e a Imprensa

O Brasil vivenciava a altura dos acontecimentos um regime político ditatorial, como dito anteriormente, configurado pelo Estado Novo. A análise realizada leva em consideração o pressuposto de que os instrumentos de imprensa e propaganda não podem ser encarados como mecanismos de comunicação isentos e imparciais, ao contrário, se tornou uma tarefa bastante extenuante buscar os aspectos negativos do desenrolar da Defesa Passiva, em decorrência do intenso controle do Estado sobre os periódicos analisados neste trabalho.

Lima destaca esta dificuldade ao investigar os movimentos contrários a abertura da Avenida Presidente Vargas:

Como todos os meios de comunicação tinham que submeter-se à censura prévia do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P), muito pouco se sabe sobre as manifestações populares naquela ocasião.⁴⁵

A autora destaca o empenho do governo em divulgar os efeitos benéficos da grandiosa intervenção, destacando ao povo as grandes facilidades de tráfego e de saneamento ao mesmo tempo em que quarteirões eram postos abaixo.

Efeito parecido foi possível perceber nas publicações do Diário Carioca e do Jornal do Brasil, quando da divulgação da fiscalização dos exercícios diurnos e noturnos ocorridos na cidade. Os aspectos negativos eram bastante pontuais, havendo grande espaço para a exaltação da estrutura do Estado, destaque para eficácia do planejamento realizado pela diretoria da Defesa Passiva e os diversos “louros” jogados aos profissionais envolvidos diretamente na execução das tarefas.

Difícilmente se percebe alguma crítica ou reação da população no desenrolar dos exercícios. Ao regime político da época da Defesa Passiva interessava enaltecer os fatos positivos do exercício, o que não permitiu emergir claramente nas fontes consultadas os conflitos sociais porventura existentes.

Outro agravante deste processo investigativo consiste no fato de que a historiografia sobre a 2ª Guerra Mundial esclarece geralmente sobre as causas e efeitos do conflito, com grande ênfase nos acontecimentos do Velho Continente. Investigar a Defesa Passiva, como consequência direta da Segunda Guerra em solo brasileiro, tornou-se ainda mais difícil pela

⁴⁵ LIMA, Evelyn Furkim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1990. 33 p.

ausência de estudos sobre os efeitos da Guerra em nosso território, principalmente porque busco compreender os efeitos de um fenômeno tão específico sobre o imaginário dos habitantes da cidade.

Hoje a Defesa Passiva pode parecer algo esdrúxulo e sem finalidade, porém os jornais que servem de fontes para minha análise reforçam a intenção de que o exercício tornou-se algo essencial para o cotidiano da cidade, pois o Brasil começava a sinalizar sua entrada na guerra.

A atmosfera de guerra que vivia a cidade se reproduzia através das notícias que adornavam os principais jornais. Grande parte delas descrevia os acontecimentos desencadeados no cenário europeu ou no mínimo, como veremos a frente, a guerra estava atrelada a outras matérias que davam conta do cotidiano fluminense, como nos pedidos de doação de recursos financeiros para preparação material das Forças Armadas. As notícias baseavam-se em narrativas das ações dos Aliados e do Eixo, as quais envolviam ataques aéreos e bombardeios recíprocos entre cidades européias, cujas ações sempre resultavam em destruição material e perdas civis.

Os jornais alardeavam os repetidos intentos do Eixo à navegação brasileira. O Jornal do Brasil do dia 29 de outubro de 1942 trazia na capa a seguinte manchete: "O navio brasileiro "Rio Branco" defendeu-se galhardamente de um submarino inimigo."⁴⁶ A matéria informava que o cargueiro Rio Branco, em que havia montado uma peça de artilharia, havia sido alvo de um submarino inimigo em pleno Mar das Antilhas. Na altura do mar das Caraíbas, divisa entre América Central e América do Sul, a pronta reação de uma guarnição militar a bordo do vapor impediu que as forças do Eixo lograssem êxito contra a embarcação brasileira.

Na coluna do Jornal do Brasil que tratava dos temas ligados Guerra, era possível constantemente verificar as conseqüências da disputa que ocorria no cenário europeu. A edição de novembro de 1942 alertava sobre o bombardeio ao Sudeste da Inglaterra pela aviação inimiga.

Segundo divulgado à imprensa:

Aviões inimigos atacaram em horas avançadas da tarde de hoje, a cidade de Canterbury, onde causaram danos e certo número de vítimas. Nove desses aparelhos foram destruídos, seis por nossos caças e três pelas defesas anti-aéreas.⁴⁷

⁴⁶ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

⁴⁷ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 nov. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

As constantes ameaças às embarcações dificultando o comércio e economia nacional, além das diversas narrativas sobre as consequências dos confrontos entre o Eixo e os Aliados no continente europeu, levaram a população a crer na real possibilidade de investida alemã em solo brasileiro.

O próprio presidente da república compareceu a tribuna no transcurso do 5º aniversário do Estado Novo em 10 de novembro de 1942 para afirmar que os soldados do Brasil estavam prontos para a defesa do continente.

Segundo consta em matéria reproduzida pelo JB:

Falando, no Palácio da Guerra, o Presidente da Republica afirmou à Nação, que o Exército está pronto para qualquer emergência, assegurando, ainda, aos povos da América, a firme disposição em que nos encontramos de colocar ao serviço de qualquer país americano as nossas forças para repelir as agressões vinda de outro Hemisfério.⁴⁸

A aproximação e a constância cada vez maior destes torpedeamentos contribuíram para o surgimento de um clima de comoção e mobilização da população, em grande parte construída pelas notícias dos periódicos da cidade. Um clima de guerra era transportado pelos jornais. É justamente nesta última noção que o exercício se enquadrava perfeitamente, funcionando como uma espécie de contribuição da população com os esforços da Guerra.

A manchete da capa do Diário Carioca de 23 de outubro de 1942 ilustrava bem esse clima. "Esta Guerra é do povo que dará seu esforço, empenhará suas forças e sacrificará sua vida pela vitória do Brasil"⁴⁹. A manchete ilustrava as fotos de um treinamento bem sucedido no centro da cidade durante meia hora, em 22 de outubro de 1942, onde as autoridades julgaram ter alcançado pleno êxito na aplicação do exercício.

O Diário Carioca nos fornece dados preciosos sobre esse espírito de colaboração do qual tratamos no parágrafo anterior. Apresentando os anúncios obrigatórios, em forma de fichas colecionáveis que eram iniciadas com os seguintes dizeres: "Recorte, estude e coleccione". Analogicamente é como se estivéssemos nos dias de hoje juntando as receitas oferecidas pelo caderno de culinária, ou mesmo, juntando selinhos para trocar por uma bolsa descolada, chapéus ou celulares. Naquele caso, o prêmio ao cidadão era o conhecimento e o acesso as suas obrigações. Era a tentativa de enquadrar a população, oferecendo-lhes um sentido de engrenagem, pela qual a iniciativa individual colaboraria com o funcionamento do

⁴⁸ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

⁴⁹ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, out./dez. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4404.

tudo. Aquilo completava a noção de que todos participavam dos acontecimentos e que de todos dependia o sucesso do evento da guerra.

Para se ter a idéia dessa busca de adesão maciça da população, o Diário Carioca tenta adequar o esforço da guerra ao domínio das grandes paixões. Na edição do dia 30 de outubro de 1942 o jornal sugere uma melhor de três entre os dois principais times de futebol daquele ano, com a finalidade de elevar o ânimo da nação e até sugerindo a compra de uma lancha torpedeira para Marinha, com a arrecadação nos respectivos jogos. No caderno de esportes desta edição o jornal noticiava o seguinte: “pelo esforço de guerra do Brasil, uma melhor de três entre Flamengo e Botafogo!”. O mais interessante é que no início do jornal este organismo de imprensa se posiciona da seguinte forma: “o Diário Carioca não vai ficar, pois, de braços cruzados quanto à questão”.

Não há dúvidas que o principal objetivo dos veículos de comunicação era sensibilizar a população com o espírito da Grande Guerra Mundial que estava por vir. O Jornal do Brasil de 13 de outubro de 1942 noticiava que, em defesa do Brasil, os funcionários da Prefeitura do Rio aderiram a uma campanha de mais aviões para a Força Aérea e procuraram a Secretaria do Prefeito “para levar importantes quantias, a fim de aumentar os donativos”⁵⁰ empenhados no esforço da guerra. O governo para organizar a defesa lançou mão de um empréstimo que seria coberto pelas economias particulares oriundas da poupança.

O Jornal do Brasil, afeito ao discurso de exaltação da pátria, conclamava a adesão da população afirmando que “o brasileiro mais humilde deve sentir-se orgulhoso com a oportunidade de aplicar, no sentido patriótico, uma parcela do que o sistema político de respeito ao que é seu lhe permitiu obter.”⁵¹ A economia realizada pela população estava sendo recolhida periodicamente às Caixas Econômicas, para uma obra de grande valor cívico: a defesa da terra que era o seu berço!

O Jornal do Brasil de 27 de outubro de 1942 noticiava na coluna intitulada “Coisa da Cidade” a formação de pirâmides metálicas no Centro do Rio de Janeiro, por iniciativa da grande população, que queria com esta atitude fortalecer a ressentida indústria bélica brasileira do período anterior a Grande Guerra. A população doava painéis de alumínio para a construção de aviões.

⁵⁰ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

⁵¹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

Na mesma página a manchete: “alumínio para a Força Aérea Brasileira e mais dois aviões para Aero Clubes”⁵² apresentava os agradecimentos do Ministro Salgado Filho e do Prefeito da cidade, Henrique Dodsworth, pela participação valiosa das “donas de casa cariocas” no processo de preparação para a guerra.

Percebe-se que o processo de preparação para a guerra alcançou a esfera civil mais doméstica de nossa sociedade. Quero dizer com isso que a parcela social mais distante das nossas estruturas belicosas estava correspondendo aos chamamentos da imprensa. Colaborando, enfim, com o que lhes era possível.

Sobre a pirâmide de alumínio, o Ministro da Aeronáutica em atitude laudatória afirma na edição de 27 de outubro de 1942 do *Jornal do Brasil* que:

...produto de uma campanha de patriotismo, na qual se destacara a mulher brasileira, dando, assim, uma prova de seu amor ao Brasil, a par duma clara noção do papel da aviação no atual momento e referentemente ao nosso país, que dela carece para as suas comunicações na paz e para sua defesa na guerra.⁵³

Com esta colaboração informava então o ministro que os 18.000 quilos doados seriam transportados para o Parque da Aeronáutica nos Afonsos a fim de serem fundidos e que os aviões que desta resultassem, levariam o nome de “heroínas da nacionalidade.”

Os moradores de São Cristóvão no Rio de Janeiro também colaboraram com a aquisição de um avião de treinamento, o qual foi oferecido à Força Aérea Brasileira. Segundo informa o jornal, graças aos esforços e contribuições angariadas no populoso bairro foi possível observar em São Cristóvão “um belo espetáculo cívico”.⁵⁴

No entanto, para observar melhor a interferência do exercício no grosso da população, é preciso acompanhar as diversas determinações da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea através dos periódicos.

Para que os objetivos fossem alcançados, os textos publicados pela DNSDPAAe recorriam não só a ameaça de multas, mas também realizavam um verdadeiro chamamento dos cidadãos para junto dos acontecimentos. As publicações literalmente reforçavam a noção de patriotismo e reivindicavam ações altruístas por parte de cada cidadão:

Deves, conseqüentemente preparar-te para enfrentar esses possíveis ataques aéreos, de modo a: 1) – afrontá-los com teu moral sempre elevado; 2) –

⁵² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

⁵³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

⁵⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

limitar ao mínimo os danos materiais por eles causados; 3) – evitar que a vida normal do país seja desorganizada. (...) Lembra-te que é sempre melhor prevenir que remediar e que aquele que não cuida de sua preparação estará quem sabe? – levando sua sentença de morte, a dos seus entes queridos e, mesmo, a de todos quantos confiam no seu espírito de cooperação. (...) Aprende-los, conserva-los na memória e executa-los no momento oportuno, constitui a melhor demonstração do teu acendrado patriotismo.⁵⁵

Os jornais apelavam para o comprometimento dos cidadãos, utilizando argumentos que iam desde a imposição psicológica à construção de um sentimento patriótico inato. Nestas publicações os informes à população se aproximavam bastante do ideário da caserna.

A construção de um modo para guiar a prática dos exercícios, de maneira ensaiada e uniforme e a construção do sentimento de pertencimento desta causa remete as práticas de comando das tropas no interior das Forças Armadas, que usualmente na condução das frações militares executam o comando “sentido ou descansar”, na busca de disciplina e de movimentos padronizados.

Na tentativa de evidenciar o sentido de doutrinação das ordens veiculadas à população citadina, é que trataremos de alguns informes na seqüência deste trabalho.

Recorte, Estude e Colecione

A Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea – DNSDPAAe formulava suas notas com grande formalidade, impondo ao público leitor dos periódicos certo grau de dificuldade, em razão da riqueza de detalhes na redação das notas.

No dia 2 de outubro de 1942, no Jornal do Brasil a DNSDPAAe informava aos leitores o seguinte:

(...) a fim de que todos os cidadãos possam ser avisados da chegada e da retirada dos aviões inimigos, serão emitidos por “sereias” e “sinos”, os sinais que se seguem: a) – Sinais emitidos por sereias (...) Sinal: som modulado de duração de 20 segundos, seguido de um silêncio de 10 segundos, - emitidos por ciclos de meio minuto e durante quatro minutos (...).⁵⁶

A organicidade das informações é percebida na nota da Diretoria que orienta sobre o significado do alerta emitido pelas *sereias*⁵⁷ situadas nos prédios mais altos, a fim de que os cidadãos fossem alertados para o perigo eminente.

⁵⁵ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 14 out. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4385 a 4460, 9 p.

⁵⁶ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

⁵⁷ Sirenes dispostas no alto dos prédios.

Não só as sireias foram utilizadas. Em algumas notas há a indicação da responsabilidade dos vigários de reproduzirem os sinais de alarme, via badaladas nos sinos das torres de determinadas igrejas.

Amparados no Decreto-lei nº 4.812, o Serviço Nacional de Defesa Passiva Anti Aérea decretava na edição de 13 de outubro de 1942, do Jornal do Brasil, que estava terminantemente proibido o uso de sireias para emissão de “sinais” em qualquer estabelecimento público ou privado, que não fossem em nome da Defesa Passiva. Condição que deveria ser mantida enquanto permanecesse o estado de beligerância entre o Brasil e as nações do Eixo Alemanha e Itália.

As notas buscavam orientar os cidadãos nos mínimos detalhes de cada situação. Os transeuntes não deveriam ao sinal de alarme correr ou formar grupos para comentar os acontecimentos. Quando viajando em bondes, ônibus ou automóvel deveriam desembarcar calmamente e conduzir-se a um local protegido. Quando dirigindo uma viatura (bonde, ônibus, automóvel etc.) deveriam pará-las ao longo do meio fio e prosseguir com parcimônia a pé, assim como os pedestres.

Estando em casa de diversões (teatros, cinemas etc.) deveriam abandonar os estabelecimentos, e caso as mesmas não possuíssem abrigos antiaéreos, tinham de prosseguir conforme o previsto para os pedestres. Todos os que não pudessem chegar às suas casas e não estivessem de alguma forma protegidos deveriam procurar o abrigo público mais próximo.

As notas de preparação para os exercícios na cidade previam estes lugares e indicavam o horário e os locais da cidade onde transcorreria a prática da Defesa Passiva. Na atual Avenida Chile, no centro da cidade, funcionava um destes recomendados pontos de proteção da grande população em caso de acionamento da Defesa Passiva.

Conhecido como “Tabuleiro da Baiana” do Largo da Carioca, o local foi indicado na nota preparativa da DNSDPAAe, de 10 de outubro de 1942 no Jornal do Brasil, como uma das opções a serem utilizadas pelos transeuntes que não estivessem abrigados durante o exercício.

O local foi inaugurado em 1937 e era o ponto dos bondes que vinham e iam para a Zona Sul do Rio, e ficava entre as Ruas Senador Dantas e Av Treze de Maio. Os bondes que faziam o trajeto para a Zona Norte paravam no Largo de São Francisco.

Com a desativação dos bondes no Governo Lacerda (anos 60), o Tabuleiro ficou sendo o ponto dos ônibus e posteriormente, na década de 70, o local foi demolido para a abertura da atual Avenida Chile.



Figura 5. Tabuleiro da Baiana

Outro ponto que aparece nas fontes indicado como abrigo público pela Defesa Passiva é a galeria do Edifício Ouvidor, situado entre a Rua de São Bento e o Largo do Ouvidor.



Figura 6. Edifício Ouvidor

Outras construções eram admitidas como abrigos, tais como os pavimentos térreos dos edifícios de cimento armado com mais de cinco andares e passagens subterrâneas, como a que existia também no Largo da Carioca.

As notas de orientação da população, que também podem ser denominadas como REC (Recorte, Estude e Colecione) enunciavam as ordens e procedimentos a serem observados pelos cidadãos e ao mesmo tempo eram incisivas na busca de uma adesão maciça e voluntária dos exercícios que ocorreriam na cidade.

Na opinião da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea todo cidadão deveria ter um grau de compromisso moral com a Pátria, através da preparação intelectual, que passava pela observação dos conselhos divulgados pela imprensa e rádio. A

Diretoria costumava lançar mão de parábolas que reforçavam a necessidade do comprometimento individual para o sucesso do exercício.

Em uma das notas que esclarecia sobre as medidas a serem tomadas na previsão de combate aos focos de incêndio, o informe reforçava que “todos devem ter sempre presente na lembrança o velho conselho dos experientes: extingui-se um incêndio no 1º minuto – com um copo d’água; No 2º minuto – com um balde d’água e no 3º minuto – com uma tonelada d’água.”⁵⁸ Enfim, eram todos responsáveis por evitar que uma tragédia maior acometesse a cidade.

Toda teoria divulgada nas REC tinha de passar pela prática da Defesa Passiva. O *Jornal do Brasil* de 22 de outubro de 1942 noticiava a realização do primeiro exercício de alerta diurno. A manchete dava conta de que no Centro da cidade do Rio de Janeiro se realizaria uma encenação de trinta minutos com a participação de todos.

O teatro da simulação era pensado em detalhes e os exercícios normalmente precedidos pela convocação do pessoal envolvido diretamente na execução da tarefa, como era o caso dos bombeiros, instrutoras e voluntárias da Defesa Passiva Anti-Aérea.

Primeiro ocorreram na cidade uma sequência de treinamentos diurnos que logo deram lugar a execução de alertas noturnos, julgados mais importantes pela Diretoria, pelo grau de dificuldade a ser vencido durante os treinamentos previstos para o período analisado.

Os exercícios normalmente abrangiam as vias principais da cidade passando ora ou outra pelas ruas Marechal Floriano, Visconde de Inhaúma, Avenida Rio Branco, Almirante Barroso, Largo da Carioca, Praça Tiradentes e Praça da República entre outras.

As notas recomendavam total atenção a procedimentos como: munir-se dos documentos pessoais mais importantes; portar-se com uma cesta de suprimentos, com pães, biscoitos, conservas e água; Munir-se das máscaras contra gases, caso as possuíssem; apagar todos os fogos da casa; fechar todas as portas e janelas da casa. As minúcias das orientações contidas nas notas nos levam a crer que era algo quase impossível seguir criteriosamente os aconselhamentos da Diretoria responsável pela Defesa Passiva.

Ao final da nota, como era de costume, uma injeção de altruísmo no parágrafo derradeiro: a DNSDPAAe “espera que a população da zona a exercitar, compreendendo a

⁵⁸ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

importância desse treinamento, coopere com a maior boa vontade para o êxito completo do exercício, obedecendo as instruções baixadas.”⁵⁹

As REC de preparação para os exercícios noturnos acrescentavam orientações sobre o controle da luz nos ambientes domésticos. Nas casas os moradores deveriam impedir que os raios luminosos escoassem para seu exterior. Os mesmos deveriam obturar todas as aberturas que pudessem permitir o escoamento da luz, fato que dificultaria o inimigo aéreo a identificação de objetivos terrestres. As notas aconselhavam até mesmo pintar de preto as janelas dos domicílios, a fim de dificultar a fuga das luzes no momento de crise.

Todas as notas de realização de exercícios, seja diurno ou noturno, davam origem a publicações que noticiavam o desenrolar da Defesa Passiva e a avaliação dos organismos responsáveis pela sua execução, tais como o crivo do diretor regional, prefeito da cidade, além das observações das demais instituições envolvidas, no caso as diversas esferas militares, bombeiros, escoteiros e o grupo de voluntárias.

Sobre um exercício de alerta noturno ocorrido na cidade em 30 de outubro de 1942 o *Jornal do Brasil* destaca:

Como era de esperar do espírito ordeiro da população carioca, transcorreram na mais completa ordem os exercícios da defesa passiva anti-aérea, realizados, ontem, à noite, no centro da cidade entre às 21 e zero horas. As autoridades de controle postadas na torre da **Central do Brasil**, agiram com segurança, guiando as várias fases do *black-out* e apontando falhas, aqui e ali, chamando à ordem os que, por circunstâncias, certamente de força maior, acendiam um ou outro foco.⁶⁰

As falhas encontradas durante o exercício não encontravam muito espaço nos periódicos que analisei. Talvez em razão do reflexo de uma forte interferência da DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda⁶¹ tenhamos que lhe dar constantemente com avaliações laudatórias sobre o desenrolar da atividade da Defesa Passiva.

Uma posterior varredura nos demais periódicos circulantes na cidade do Rio de Janeiro de 1942 talvez venha a contribuir com este aspecto do exercício. Mesmo não sendo possível pontuar as falhas ocorridas de maneira clara, os indícios da participação militar na organização das tarefas da Defesa Passiva puderam ser comprovados na análise das fontes trabalhadas no próximo item.

⁵⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

⁶⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 16 jun. 2011. grifo nosso

⁶¹ Criada em 1939 por Vargas tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo. Porta voz autorizado do regime, o organismo trabalhava em razão da autopromoção do chefe de governo e das autoridades em geral.

Vamos à Guerra

Mesmo não estando institucionalmente encarregado da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti Aérea, pois vimos que esta era uma repartição subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, as Forças Armadas estiveram presente na instrução de preparação dos voluntários para o exercício, nos cargos de direção, muito provavelmente comissionados, e na mentalidade da população, visto que a ditadura do Estado Novo reforçava não só a imagem do presidente, mas de todas as autoridades, incluindo militares, que davam suporte ao governo.

Os periódicos reproduziram a atuação destes organismos militares envolvidos na preparação para a Defesa Passiva. Em São Paulo, funcionou um batalhão responsável pela formação de voluntárias da Defesa Passiva, que obtiveram formação diversificada, a fim de atuar no sistema estruturado para o exercício. O Diário Carioca informou que um General da 2ª Região Militar estivera inspecionando instalações, onde oficiais ministravam instruções para este grupo.

Suponho ser este um importante indicio sobre as influências mais diretas do Exército no tratamento da questão. Mesmo sabendo que várias instituições ofereceram aparato para implementação da defesa passiva, não podemos dizer, por exemplo, que os escoteiros que tanto auxiliaram na realização dos treinamentos, serviram de norte a população que colaborou com Defesa Passiva.

Via de regra, o exercício civil teve que passar pela preparação militar das voluntárias, que eram submetidas a rotina e fiscalização de autoridades militares. A instrução para Defesa Passiva consistia na formação dos efetivos que iriam atuar no suporte e execução dos exercícios propriamente ditos, além da formação de agentes de reprodução de tais conhecimentos, como previsto no Decreto-Lei nº 4.800, que tornava obrigatório o ensino da Defesa Passiva nas instituições regulares de ensino.

A edição do Jornal do Brasil de 27 de outubro de 1942 noticiava a inauguração pelo ministro Gustavo Capanema dos cursos de Defesa Passiva que o Ministério da Educação e Saúde havia organizado, justamente para reprodução dos conteúdos entre os professores e inspetores federais de ensino.

Contudo, é nos cursos de formação de voluntárias que percebemos maior inferência dos militares no processo de formação para o exercício. O Diário Carioca de 4 de outubro de 1942 traz uma reportagem que elucida o processo de formação destas voluntárias para a prática da Defesa Passiva. A matéria informava sobre a instrução de mulheres no 1º Batalhão

do Serviço de Defesa Passiva Anti Aérea, situado em São Paulo e afirmava que estaria quase completa a construção do Segundo Batalhão Feminino.

Como numa visita guiada, o periódico informa que o General Maurício Cardoso, Comandante da 2ª Região Militar, visitou os locais onde as voluntárias receberam as instruções. Os cursos envolviam diversas especialidades listadas pelo Diário Carioca: ligações e transmissões, vigilância do ar, primeiros socorros, direção e policiamento do trânsito, auxílio contra incêndio, cantina, instrução militar e a parte geral, se referindo ao conteúdo da Defesa Passiva propriamente dita.

O jornal trazia estampada a foto de uma mulher sorridente envergando o uniforme da corporação. A procura parecia grande, pois a matéria informava que o primeiro contingente estava quase formado, enquanto já não havia mais vagas para o segundo contingente.

Podemos verificar a penetração maciça da instrução militar nos corpos de voluntárias. As aulas de Ligações e Transmissões eram dadas pelo Tenente Antônio Astorga e segundo relata o jornal, acompanhadas com o vivo interesse das moças, quando da passagem do General e sua comitiva. As aulas de Vigilância do Ar eram conduzidas pelo Capitão Olivier Caldas que tiveram boa parte das exposições realizadas no Campo de Congonhas, com a presença de um mecânico de aviação. Os Primeiros Socorros foram ministrados no Hospital Militar do Cambuci pelo militar denominado Tenente Toledo. As instruções contra incêndio foram ministradas no Quartel de Bombeiros pelo Tenente Pedro de Magalhães e Subtenente Mello, pertencentes a força policial do Estado.

Todas estas instruções mostram que o conhecimento e doutrinação militar estiveram originalmente entranhados no processo de construção das bases do exercício. O tenente que ensina as comunicações nos sugere a participação do Exército, por suas tradições na esfera das comunicações. O capitão que transmite os conhecimentos referentes à vigilância do ar é contundentemente um membro da Força Aérea Brasileira. Os demais, sempre designados por suas patentes militares demonstram a participação da esfera militar e forças auxiliares no processo de formação das voluntárias da Defesa Passiva.

Na edição de 6 de dezembro de 1942 do Jornal do Brasil, na matéria intitulada “Preparando-se para defender o Brasil” o presidente da república Getúlio Vargas exorta a figura do Coronel Orozimbo Martins Pereira, destacando-o como essencial para direção dos exercícios na capital, por seu espírito patriótico e pelo militar de excelência que sempre demonstrou ser ao longo de sua carreira.

A escolha para estes cargos não deixava de ser algo diretamente ligado à estratégia de defesa nacional. Para tanto veremos adiante a intervenção dos militares nestes centros de

formação de voluntários, o que não pode deixar de ser considerado uma extensão da instrução dos contingentes militares aquartelados.

O discurso do presidente nesta edição do JB afirmava o seguinte:

Estamos em guerra e esta nos foi imposta pelo desvario dos ditadores do Eixo na sua insólita agressão à nossa navegação. Daí a necessidade de nos prepararmos para enfrentar a luta (...) Agora, mais freqüentes, temos tido os chamados ensaios de alarmes anti-aéreos abrangendo várias zonas da cidade, que está sendo devidamente aparelhada pelo Governo, com os recursos necessários, a par da indispensável mobilização psicológica do povo, revelando-nos como devemos enfrentar os ataques aéreos que nos possam atingir.⁶²

A formação destes voluntários demonstrava a estratégia do governo em preparar não só os contingentes que estariam nas linhas de frente dos campos de batalha, mas o desejo de adequar toda a população civil e militar a um evento totalmente novo na história do Brasil. Cabe-nos lembrar, portanto, que o governo ainda não visualizava as reais dimensões e consequências da efetiva participação brasileira nos eventos da Segunda Guerra Mundial.

A notícia em referência mostra a participação do Presidente da República e do Coronel Orozimbo na cerimônia de formação do curso de enfermeiras e socorristas promovido pela Light para seus funcionários.

A empresa estaria fornecendo quarenta funcionários para o funcionamento de cinco postos de apoio à Defesa Passiva, distribuídos na Fábrica de Gás, na Cidade da Light em Triagem, e mais três situados entre o Escritório Central e a Avenida Marechal Floriano. Estes postos forneceriam apoio ambulatorial com a atuação de enfermeiros e padioleiros nas intervenções que fossem necessárias durante o desenrolar da Defesa Passiva.

Em 10 de dezembro de 1942, como mostra o Jornal do Brasil, uma numerosa delegação das Voluntárias da Defesa Passiva Anti-aérea foi recebida no Palácio do Catete pelo Presidente da República. O impresso destaca que se realizaria dali a alguns dias o juramento à bandeira, um cerimonial tipicamente militar, e diria até, exclusivamente utilizado até os dias de hoje na formação corrente dos efetivos militares.

O Presidente palestrou para as 530 alunas concluintes do curso, coletando como informa o jornal, as impressões do curso que acabavam de concluir. A formatura das voluntárias que veio a ser realizada no dia 15 de dezembro de 1942⁶³ no Teatro Municipal foi

⁶² **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

⁶³ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

paraninfada pela Sra. Darci Vargas, o que mostra o grau de interesse do governo por esta atividade, julgada tão importante para os acontecimentos daquele período.

Os discursos destacavam o patriotismo e a dedicação daquelas mulheres. O exemplo emocionante de mães e filhas que abandonaram a serenidade de seus afazeres domésticos para “se dedicarem de corpo e alma à defesa da pátria ameaçada”⁶⁴ era noticiado em tom de ufanismo.

Nesta edição um dos ministros convidados discursa: “Nós homens sentimos que o vosso coração está unido ao das mulheres de todo o mundo, no sentimento de defender com a própria vida, se preciso for, o acervo bom da humanidade.”⁶⁵ Palavras e práticas pouco comuns no seio da sociedade civil, mas que se esquadrinham perfeitamente aos lemas e jargões do universo militar.

No entanto, não é só através da instrução que podemos caracterizar a influencia dos corpos militares na prática da Defesa Passiva, pois a mesma não ficava restrita a formação de voluntárias. O Diário carioca de 23 de outubro de 1942 traz estampada a imagem de pessoas, enfileiradas junto as paredes dos prédios no Centro do Rio de Janeiro. O periódico apresenta a foto de uma mãe conduzindo sua filha serenamente de mão dadas, assim como preconizado nas REC (Recorte, Estude e Colecione) do Serviço Nacional de Defesa Passiva Anti-aérea. A reportagem exaltava o comportamento padronizado dos transeuntes e destaca o pleno êxito do exercício de Defesa Passiva na cidade.

Na edição de sábado, 31 de outubro de 1942 do Diário Carioca, a manchete noticiava sobre as cenas de guerra vistas na cidade do Rio na noite anterior. O “black-out” da noite do exercício teve as características de um autêntico bombardeio a cidade. Segundo afirmava a nota sobre as impressões do treinamento:

...nem um só sinal luminoso que pudesse servir de alvo aos bombardeadores inimigos. Disciplina, coesão e perfeito entendimento. O povo soube compreender seus deveres patrióticos. Uma verdadeira afirmação de coragem e de sacrifício demonstrada no espetáculo de ontem noite pela disciplinada população carioca...⁶⁶

Ou temos um claro sinal de colaboração e compadecimento cívico militar, ou a população da cidade estava toda dormindo naquele momento.

Segundo reafirma o próprio jornal:

⁶⁴ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

⁶⁵ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

⁶⁶ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, out./dez. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4411.

...Plena escuridão. Silêncio absoluto, ouvindo-se apenas os autofalantes ministrando ensinamentos (...) A postos todas as forças mobilizadas para os dramáticos episódios de bombardeio noturno (...) E quando as luzes voltaram a iluminar o centro da cidade, após 3 horas de black-out o povo carioca sentia, com todo seu cortejo de horror, o que poderá ser um ataque aéreo na sua cidade maravilhosa...⁶⁷

A matéria desta edição do Diário Carioca informava que logo após o início do exercício o Coronel Orozimbo, Diretor da Defesa Passiva, percorreu a cidade às escuras para verificar o funcionamento dos postos de socorro espalhados pelo Centro. O mesmo elogiou a atuação dos padioleiros e escoteiros, atestando que os serviços de socorro funcionariam em caso de realidade.

Na Avenida Presidente Vargas foi improvisado um barracão para ser incendiado com bombas incendiárias arremessadas do prédio ao lado, o que o Diário julgou ser a cena mais empolgante do exercício de 30 de outubro de 1942. Ao final da matéria o Coronel Orozimbo Pereira falava ao Diário que estava plenamente satisfeito com a cooperação do povo com SNDPAAe e reafirma que o povo precisa estar preparado para qualquer emergência.

A matéria publicada no Diário Carioca demonstra que, ao menos oficialmente, havia uma simbiose entre a grande população e os meios militares envolvidos no suporte e na condução do exercício da Defesa Passiva. A atitude disciplinada de grande parcela dos cidadãos permitiu que bons resultados fossem alcançados nas experiências de exercícios realizados até aquele momento.

Acredito que estas evidências são bastante significativas para apreensão da real participação das Forças Armadas no exercício que ficou conhecido como Defesa Passiva. No entanto, embora tenha estado de frente com vários relatos sobre a formação de voluntários e sobre a participação efetiva da população na Defesa Passiva, o elemento que considero chave para comprovação da interferência das instâncias militares na condução dos exercícios foi a publicação de uma canção denominada “Canção da Defesa Passiva do Brasil”.

A edição de 6 de dezembro de 1942 do Jornal do Brasil traz a publicação de toda a canção, de modo a disseminar por toda a cidade a “bandeira” da chamada Defesa Passiva Brasileira.

⁶⁷ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, out./dez. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4411.

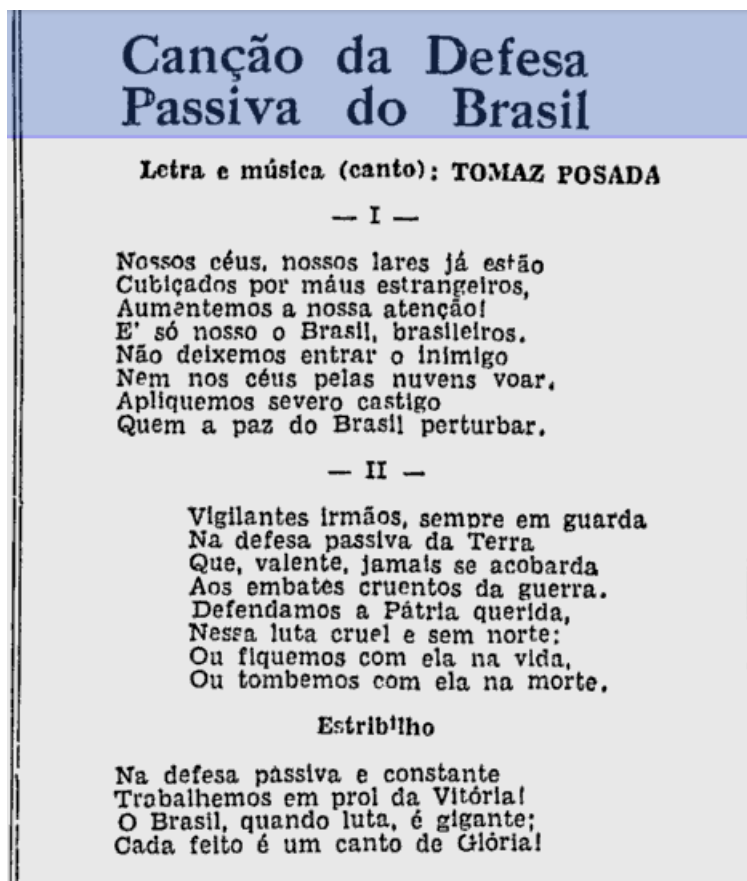


Figura 7. Canção da Defesa Passiva do Brasil

O documento acima não se trata da transcrição de uma simples canção. Não quero dizer com isto que a melodia fosse a mais tocada do verão de 1942 e nem estou avaliando isto. Acredito que a canção tenha reforçado o caráter ideológico que se buscava lançar à grande população naquele momento.

Analisando trechos da música podemos perceber que o trecho “Nossos céus, nossos lares já estão cobiçados por maus estrangeiros”, reforçava o sentimento de incerteza da população quanto a investida do eixo em solo brasileiro, em função dos bombardeios ocorridos no teatro europeu divulgados nos periódicos, ou mesmo pelos ataques registrados contra embarcações brasileiras em nosso litoral e ao longo do continente americano, noticiadas nos diários cariocas.

No outro trecho “Aumentemos nossa atenção! É só nosso o Brasil, brasileiros” percebemos a ratificação da política de atuação do Estado quanto à convocação da população, chamando-os para participarem ativamente no exercício da Defesa Passiva, fato anteriormente destacado no discurso do Ministro Marcondes Filho às Voluntárias da Defesa Passiva.

Na frase “Não deixemos entrar o inimigo”, vemos o Estado aludindo à boa preparação da população através da Defesa Passiva. “Vigilantes irmãos, sempre em guarda” corrobora a ação do Estado, via Exército, na transformação da população civil em um extenso corpo militar, nos moldes da prática castrense. A tentativa de influenciar essa população com sentimentos e obrigações muito particulares ao universo militar é disseminada na expressão “sempre em guarda”, clichê típico do cotidiano militar.

Com estas evidências é possível afirmar que houve a interferência militar na estratégia de preparação da população na Defesa Passiva. O que as autoridades queriam que ficasse claro é que todos faziam parte da guerra. A canção entoou: “que, valente, jamais se acovarda aos embates cruentos da guerra”. É o reforço da hipótese sobre a contribuição da população com o exercício da guerra.

Acredito que a canção demonstra a interferência do cotidiano militar nos processos de formatação da Defesa Passiva. Este instrumento auxiliou a aceção do exercício pela população, contribuindo com a estratégia de preparação para a guerra. Em última análise o documento serve para demonstrar que todas as tentativas de conscientização da população já haviam sido lançadas e que derradeiramente restava ainda a possibilidade de construção de um imaginário popular, nos moldes do que é praticado nas tradicionais instituições militares.

A canção por si pode parecer banal. Contudo, do ponto de vista militar ela institucionaliza todo o arcabouço da Defesa Passiva que vinha sendo montado até aquele momento. Ela é prova contundente da efetiva participação do espírito militar na construção do exercício que ficou conhecido no período pré Segunda Guerra como Defesa Passiva.

A canção que possui um aspecto simbólico bastante concretizado nas esferas militares, entoada em diversos ritos cotidianos, que podem ser a chegada do comandante, a passagem de uma data marcante ou mesmo o incentivo para missão a ser cumprida, mostra que no conjunto de idéias para o estabelecimento da Defesa Passiva no Brasil, pode ter tido um papel bastante relevante na lapidação do imaginário civil em seu esforço de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes mostraram que não é uma tarefa fácil investigar um objeto tão atrelado as questões do Estado, principalmente em razão da atuação implacável dos organismos de imprensa sobre as fontes analisadas neste trabalho. Contudo acredito ter alcançado meu objetivo por mostrar que ocorreram interações entre civis e militares, tanto na instrução quanto na direção e até mesmo por força do espaço simbólico erguido pelo Estado, em que cabia um papel de destaque para o Exército.

O regime ditatorial de Vargas encarregou-se de montar no centro do Rio de Janeiro um espaço de encenação do poder, onde, em razão da aliança entre governantes e militares, a instituição Exército pode figurar, analogicamente ao trabalho de Lima (1990), como “indivíduos bem preparados”, mostrando sua disciplina e disciplinando quando fosse necessário.

Segundo Coelho (1976) a imagem forte da instituição veio através de uma longa trajetória em “busca de identidade”, que na década de 30 ganhou um forte impulso em razão da aliança com Vargas e pelas mãos de Góes Monteiro, que estruturou a Força Terrestre tornando os escalões inferiores despolitizados e profissionais.

Juntando a questão espacial da cidade do Rio de Janeiro ao trajeto histórico do Exército Brasileiro, percebo que se forjou no período coincidente à Defesa Passiva, a imagem de uma instituição forte, que exercia influência não só nos bastidores do poder, mas sobre toda população brasileira, fato que permitiu a população espelhar-se neste organismo institucional, independente de sua real obrigação com a Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti Aérea.

Os periódicos informaram, principalmente em razão da influência da DIP, a estreita relação das Forças Armadas com o governo, pois suas páginas traziam além das notícias da Guerra e notas preparativas para Defesa Passiva, diversos proclames e ações inerentes a burocracia ostensiva das Forças, tais como as nomeações de comandantes, aquisições bélicas e determinação dos contingentes.

Dentre as formalidades apresentadas pela imprensa pude constatar que houve iniciativas pontuais, que buscavam inserir o cotidiano civil na efetiva preparação para Guerra, tais como as doações providas por diferentes esferas sociais e até mesmo o caso das “pirâmides metálicas” concentradas no Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Fora a imposição ideológica do patriotismo e do comprometimento dos cidadãos, que não podemos desconsiderar, houve momentos, em que timidamente transpareceram iniciativas

voluntárias, e que em razão da mobilização e do consenso buscado com a Defesa Passiva, efetivamente houve a contribuição civil para o advento da guerra.

O exercício da Defesa Passiva foi extinto pelo Decreto nº 5.861, de 30 de setembro de 1943, que modificou a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti Aérea e da respectiva Diretoria Nacional, passando a denominá-lo Serviço de Defesa Civil, que veio a ser extinto em 1946, na estrutura que havia herdado da Defesa Passiva. A partir de 1967 uma série de legislações federais passou a definir comissões e membros do governo para compor grupos de estudos, com a finalidade de pensar a Defesa do Civil nos moldes de suas condições atuais, trabalhando na defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as consequências diretas da seca e das inundações.

Talvez em 1943, com a entrada dos efetivos militares no teatro de guerra europeu, tenha ficado mais claro ao governo e a população brasileira que a guerra contra o inimigo comum, a Alemanha, passou a se concentrar no continente europeu. Os Aliados já vinham, a esta altura, alcançando vitórias e avanços consideráveis na Segunda Guerra, não sobrando muito espaço de atuação para o Eixo. A alienação e a insegurança transmitidas pelas incursões de submarinos inimigos em nosso litoral já não faziam mais parte dos noticiários, principalmente porque no continente americano, os Estados Unidos já havia mergulhado de cabeça no conflito.

Embora não tenha sido possível para este trabalho analisar os aspectos contraditórios da participação da população na Defesa Passiva, apontados por Silva (2006), creio que pude enumerar questões significantes sobre um evento pouco disseminado nos estudos históricos locais.

A Defesa Passiva faz parte do rol de eventos inusitados da história carioca, e seu aprofundamento certamente auxiliaria na compreensão das conjunturas políticas do momento em que ela foi reproduzida.

BIBLIOGRAFIA

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CALADO, Luciana Deplagne. *A Belle Époque* nas crônicas de João do Rio: o olhar de um flâneur. **Brazilian Studies Association – BRASA**. UFPB/FAPESQ. Disponível em: <http://www.brasa.org/_sitemason/files/i4kzFC/Calado%20Deplagne%20Luciana.pdf> Acesso em: 18 jun. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

DELGADO DE CARVALHO, Carlos. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1990.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

LIMA, Evelyn Furkim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 1990.

McCann, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de, 1883-1968. **A FEB pelo seu comandante / João Baptista Mascarenhas de Moraes**. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2005.

PETERSEN, Silvia Ferraz. A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. In: MAUCH, Cláudia (org.). **Porto Alegre na virada do século XIX; cultura e sociedade**. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRS /Ed.ULBRA/ Ed.UNISINOS, 1994.

_____. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zila. **Territórios do cotidiano**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS – EDUNISC, 1995.

RIBERIO, Denise Felipe. A Formação Militar: Particularidades e Implicações no Comportamento Político das Forças Armadas. **Democratizar**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.fattec.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v4-n2/artigo_democratizar_denise_v.iv_n.2_2010.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2011.

SILVA, L. H. P. **Luzes e Sombras na Cidade: no rastro do castelo e da praça onze.** Rio de Janeiro: DGDI/Divisão de Editoração/ SMS/ PCRJ, 2006.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política.** Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A., 1975.

THOMPSON, Edward P. **Miséria de la teoria.** Barcelona: Grijalbo, 1981.

FONTES UTILIZADAS

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, out./dez. 1942. Microfilme. Ano/Vol: XV, Nº 4385 a 4460.

BRASIL, Decreto-Lei nº 4.098, de 6 de Fevereiro de 1942. Define, como encargos necessários à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva anti-aérea. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

BRASIL, Decreto-Lei nº 4.624, de 26 de Agosto de 1942. Cria o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e dá outras providências. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

BRASIL, Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de Setembro de 1942. Dispõe sobre a criação e organização da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, com sede no Distrito Federal, e dá outras providências. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

BRASIL, Decreto-Lei nº 4.800, de 6 de Outubro de 1942. Torna obrigatório o ensino da defesa passiva, e dá outras providências. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

BRASIL, Decreto nº 12.628, de 17 de Junho de 1943. Regulamenta a execução do decreto-lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

BRASIL, Decreto-Lei nº 5.861, de 30 de Setembro de 1943. Modifica a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti - Aérea e da respectiva Diretoria Nacional. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

BRASIL, Decreto-Lei nº 9.370, de 17 de Junho de 1946. Extingue o Serviço de Defesa Civil, e dá outras providências. **Lex:** Portal da Câmara dos Deputados (governo). Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, out./dez. 1942. Digitalizado. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>>. Acesso em: 1 a 30 jun. 2011.

ANEXOS

– Decreto-Lei nº 4.098, de 6 de Fevereiro de 1942

Define, como encargos necessários à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva anti-aérea.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O serviço de defesa passiva anti-aérea é encargo necessário à defesa da Pátria, que deve ser cumprido em todo o território nacional na forma e sob as penas cominadas nesta lei.

A ele estão sujeitos brasileiros e estrangeiros residentes ou em trânsito no país, de ambos os sexos, maiores de 16 anos, quaisquer que sejam suas convicções religiosas, filosóficas ou políticas, e, bem assim, as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

§ 1º A incapacidade para desempenho dos serviços de defesa passiva é relativa às funções e deverá ser comprovada sempre que houver convocação.

§ 2º Pelas infrações cometidas pelos menores de 46 anos, ou incapazes, respondem os pais, tutores ou curadores, ou na falta destes, quem os tiver sob sua guarda.

Art. 2º São encargos ou serviços de defesa passiva em tempo de paz ou de guerra:

I - para todos os habitantes na forma das prescrições regulamentares:

- a) receber instrução sobre o serviço e o uso de máscaras;
- b) possuir os meios de defesa individual;
- c) recolher-se ao abrigo;
- d) interdição de ir e vir;
- e) sujeitar-se às ordens prescritas para dispersão;
- f) atender ao alarme;
- g) extinguir as luzes;
- h) proibição de acionar ou por em movimento veículo de qualquer natureza.

II - para os homens de 16 a 21 e de 45 a 60 anos de idade, os de 21 a 45 anos não convocados pelos comandos militares e as mulheres de 16 a 40 anos, desempenhar, de acordo com as suas aptidões e capacidade, as funções que lhes forem determinadas pelos órgãos executores na forma das prescrições regulamentares, como sejam:

- a) dar instrução sobre os serviços;

- b) proteção contra gases;
- c) remoção de intoxicados;
- d) enfermagem;
- e) vigilância do ar;
- f) prevenção e extinção de incêndio;
- g) limpeza pública;
- h) desinfecção;
- i) policiamento e fiscalização da execução de ordens;
- j) construção de trincheiras e abrigos de emergência.

Art. 3º São ainda encargos da mesma natureza, atribuídos às pessoas naturais ou jurídicas:

I - a construção, pelo proprietário, de abrigos e execução de outras medidas de proteção, desde que o prédio tenha cinco ou mais pavimentos, ou área coberta superior a 1.200 metros quadrados:

a) nos edifícios destinados à habitação coletiva, hotéis, hospitais, casas de diversão, estabelecimentos comerciais, industriais e de ensino, para o pessoal que neles habitar ou trabalhar;

b) de maquinaria e depósito de materiais ou provisões existentes nos estabelecimentos referidos na letra anterior, desde que sejam classificados como necessários à defesa da Pátria.

II - adquirir o empregador o material de defesa para uso de seus empregados e providenciar sobre a guarda e conservação do mesmo.

§ 1º O empregador será indenizado, parceladamente, pelo empregado, da quantia spendida com a aquisição de matéria de uso individual.

§ 2º Os edifícios já construídos ou cuja construção já estiver autorizada, na data desta lei, estão isentos dos encargos referidos na letra a do item I deste artigo, salvo quando, em virtude de acréscimo ou reconstrução, ultrapassarem as dimensões ali fixadas. Mas, os estabelecimentos comerciais e industriais, já existentes, e que forem classificados como necessários à defesa da Pátria, serão obrigados na forma das prescrições regulamentares à execução das medidas de proteção previstas no artigo.

Art. 4º Os jornais, revistas ou publicações de qualquer natureza são obrigados a inserir, gratuitamente, comunicados do Ministério da Aeronáutica ou de seus inspetores ou delegados, correspondendo à dimensão de 1/16 de página; os diários, duas vezes por mês; os semanários, seis vezes por ano, e os mensários duas vezes por ano; os que se editarem em prazo superior a um mês, a inserir uma vez por ano em dimensão que corresponda a uma página.

Art. 5º As estações de rádio-difusão e as empresas de exibição de filmes cinematográficos são obrigadas a divulgar ou exibir, gratuitamente, comunicados do Ministério da Aeronáutica, ou de seus inspetores ou delegados, duas vezes por mês, desde que não ultrapassem de cinco minutos de irradiação ou exibição.

Art. 6º As ordens religiosas, conventos ou seminários ficam obrigados a executar, para proteção individual e coletiva, todas as medidas de defesa passiva.

Art. 7º A União, os Estados e os Municípios e o Distrito Federal devem construir, para proteção da população, abrigos contra explosivos e gases, dentro dos prazos e de acordo com as instruções que forem dadas pelo Ministério da Aeronáutica, e, bem assim, a adquirir o material de proteção de seus funcionários ou empregados.

§ 1º Nos setores onde as obras de defesa passiva forem consideradas de urgência, a União poderá executá-las e cobrar o seu custo dos Estados e Municípios, diretamente interessados.

§ 2º As empresas concessionárias de serviços públicos, além das obrigações constantes deste artigo, ficam obrigadas, independentemente de indenização, à execução de medidas de segurança geral.

Art. 8º Os serviços públicos da União, dos Estados e Municípios e Distrito Federal que possam interessar à defesa passiva, com relação ao seu aparelhamento e funcionamento, devem observar as prescrições do Ministério da Aeronáutica.

Art. 9º Durante o prazo de convocação para prestação de serviço individual de defesa passiva, em tempo de paz, os empregadores, pessoas jurídicas, de direito público ou privado, são obrigados a pagar aos seus funcionários ou empregados convocados a remuneração integral.

Parágrafo único. A convocação não deverá, exceder de dez dias úteis em cada ano.

Art. 10. Pela inobservância dos encargos estabelecidos nesta lei, em tempo de paz, serão aplicadas as seguintes penas:

I - as referidas no art. 2º, item I, letras *a, b, c e d*, multa de 10\$0 a 100\$0 e o dobro ao reincidente;

II - as referidas no art. 2º, item I, letras *e, f, g e h*, multa de 100\$0 a 1:000\$0 e o dobro ao reincidente;

III - as referidas no item II do art. 2º, multa de 100\$0 a 1:000\$0 e ao reincidente a pena de prisão celular de 1 a 3 meses, se for homem, e de 10 a 30 dias, se for mulher;

IV - as referidas no art. 3º, itens I e II e § 2º, e artigos 6º e 7º, § 2º, multa de 1:000\$0 a 10:000\$0 e a interdição da obra ou do funcionamento da empresa ou associação até o cumprimento da obrigação;

V - as referidas nos arts. 4º e 5º, a multa de 100\$0 a 1:000\$0 e, aos reincidentes, a de suspensão até a publicação, exibição ou irradiação de comunicado.

Parágrafo único. Na graduação das penalidades deverão ser atendidos os recursos pecuniários e a capacidade intelectual do responsável.

Art. 11. As infrações desta lei, em tempo de paz, serão verificadas pelos representantes do Ministério da Aeronáutica e, em caso de exercício, pelas pessoas convocadas, às quais for cometida a incumbência, e comunicadas às autoridades competentes para a imposição de penas.

Parágrafo único. As autoridades ou pessoas incumbidas da verificação de infrações deverão ingressar em qualquer domicílio ou estabelecimento e executar, ou fazer executar, medidas de urgência.

Art. 12. As penas pecuniárias referidas nos itens I e II do art. 40 serão impostas pelos delegados de defesa passiva e nos itens III, IV e V, do mesmo artigo pelo inspetor de defesa passiva.

Art. 13. As infrações quando punidas com pena de prisão simples serão processadas e julgadas, em tempo de paz, no foro militar, na forma da legislação em vigor.

Art. 14. As autoridades federais, estaduais e municipais que deixarem de cumprir quaisquer dos encargos previstos nesta lei, serão processadas e julgadas no foro militar e a elas serão aplicadas, em caso de reincidência, e cumulativamente, as penas de demissão e, pelo prazo de dois anos, as de inhabilitação para o exercício de cargos ou funções públicas e de suspensão dos direitos políticos.

Art. 15. Em tempo de guerra as obrigações estabelecidas nesta lei e suas sanções serão reguladas em lei especial.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mas a sua execução dependerá de regulamentação.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1942; 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS.

J. P. Salgado Filho.

Vasco T. Leitão da Cunha.

Romero Estelita.

Eurico G. Dutra.

Eenrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Carlos de Souza Duarte.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

Decreto-Lei nº 4.624, de 26 de Agosto de 1942

Cria o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º As atribuições cometidas ao Ministério da Aeronáutica pelos arts. 4º, 5º, 7º, 8º e 11 do decreto-lei n. 4.098, de 6 de fevereiro do corrente ano, passam ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2º Fica criado em todo território da República o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (S. D. P. A. Ae.), integrado por serviços públicos a serem organizados, pelo aproveitamento e adaptação de órgãos federais, estaduais e municipais já existentes e por serviços privados que serão constituídos dos moradores de habitações particulares ou coletivas, oficinas, empresas, repartições, estabelecimentos industriais, comerciais e outros quaisquer.

Art. 3º A organização e montagem do S. D. P. A. Ae. no território da República ficarão afetas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores que expedirá instruções aos Estados e tomará outras providências para a Regulamentação e manutenção do aludido Serviço.

Art. 4º O S. D. P. A. Ae. dependerá do Ministério da Justiça e Negócios Interiores em tudo que diz respeito à sua administração, cabendo a coordenação entre a defesa ativa e a defesa passiva às autoridades militares encarregadas da D. C. A. com jurisdição nas diversas regiões.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho.
J. P. Salgado Filho.

Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de Setembro de 1942

Dispõe sobre a criação e organização da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, com sede no Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e para a execução do que dispõe o decreto-lei nº 4. 624, de 26 de agosto de 1942,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada, com sede no Distrito Federal, como órgão diretor, orientador, coordenador e consultivo, a Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, diretamente subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 2º As atribuições específicas indicadas nos decretos-leis ns. 4.098, de 6 de fevereiro de 1942 e 4. 624, de 26 de agosto de 1942, passam a ser exercidas, no Distrito Federal, pela Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea.

Art. 3º Oportunamente será baixado pelo Presidente da República o Regimento Interno da D.N.S. D.P.A.Ae.

Art. 4º Fica criado no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores um cargo de Diretor, em comissão, padrão P.

Art. 5º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores providenciará, desde logo, sobre a criação, nos Estados e Territórios, de órgãos congêneres, com a denominação de Diretorias Regionais do S.D.P.A.Ae., subordinadas aos Governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre e de Superintendência Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 6º Para atender, no terceiro quadrimestre do corrente exercício, às despesas decorrentes deste decreto-lei, fica aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de seiscentos e noventa e cinco contos de réis, conforme discriminação a seguir:

VERBA PESSOAL

I) - Pessoal em comissão.....
16:000\$0

II) - Gratificações e Auxílios

(Ajuda de custo, diárias, gratificação de função, condução e transporte)
100:000\$0

VERBA MATERIAL

I) - Material Permanente (1ª instalação):

1. Mobiliário e moveis diversos, utensílios de escritório, laboratórios, gabinetes técnicos.....

150:000\$0	2. Máquinas, instrumentos, ferramentas e utensílios.....	
30:000\$0	3. Livros, documentos, mapas, cartas geográficas, estampas, quaisquer publicações científicas ou técnicas e encadernações.....	
30:000\$0	4. Material, telefones, fios e aparelhos rádio-elétricos.....	
50:000\$0		

II) - Material de consumo

..100:000\$0	1. Artigos de expediente, desenho, ensino e educação, livros, fichas de escrituração, impressor e folhetos	
	2. Matérias primas para laboratórios e gabinetes técnico científicos.....	15:000\$0
	3. Combustível, lubrificantes, limpeza e conservação de máquinas e acessórios	20:000\$0
30:000\$0	4. Medicamentos, drogas, produtos químicos ou biológicos, reativos, material para curativos de socorros de urgência	

III) - Diversas despesas

	1. Energia elétrica e gás.....	10:000\$0
	2. Telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas, e portes de correio.....	7:000\$0
	3. Água, asseio, higiene, artigos de limpeza e desinfecção	7:000\$0
	4. Despesas miúdas de pronto pagamento.....	30:000\$0
	5. Aluguéis de casas ou salas	20:000\$0
	6. Fretes e transportes.....	10:000\$0

VERBA - EVENTUAIS

I) - Diversos

	1. Despesas imprevistas e não constantes das tabelas.....	
<u>70:000\$0</u>	Total.....	<u>695</u>
<u>:000\$0</u>		

Art. 7º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho
A. de Souza Costa

Decreto-Lei nº 4.800, de 6 de Outubro de 1942

Torna obrigatório o ensino da defesa passiva, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O ensino da defesa passiva é obrigatório para os alunos de todos os estabelecimentos de ensino, oficiais ou particulares, existentes no país.

Art. 2º Constitue obrigação de todo o pessoal docente e administrativo dos mesmos estabelecimentos de ensino o estudo da defesa passiva.

Art. 3º O Ministro da Educação, ouvido o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, baixará instruções para o cumprimento do disposto no presente decreto-lei.

Art. 4º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS
Gustavo Capanema
Alexandre Marcondes Filho

Decreto nº 12.628, de 17 de Junho de 1943

Regulamenta a execução do decreto-lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74 da Constituição,

Decreta:

Título I DO SERVIÇO DE DEFESA PASSIVA

Art. 1º O Serviço de defesa passiva anti-aérea, organizado nos moldes do Regulamento do Serviço Nacional de Defesa Passiva Anti-Aérea, em todo o território do país, tem por fim estabelecer métodos e precauções de segurança que lhe garantam não só a proteção do moral e da vida da população, assegurando-lhe a normalidade, como a proteção do patrimônio material, cultural e artístico da Nação.

Art. 2º A execução desses Serviços cabe à Direção Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (D.N.S.P.A.Ae), com sede na Capital Federal, estendendo sua ação, através de Diretorias Regionais, Delegacias Distritais e Comissariados Municipais, a todo o território nacional.

Parágrafo único. A organização, as atribuições e o funcionamento da D.N.S.D.P.A.Ae. são constantes do respectivo Regimento Interno.

Título II DAS OBRIGAÇÕES EM GERAL

Art. 3º O serviço de defesa passiva constitui obrigação para com o Estado, à qual estão sujeitos brasileiros e estrangeiros residentes ou em trânsito no país, de ambos os sexos, maiores de 16 anos, quaisquer que sejam as convicções religiosas, filosóficas ou políticas, e, bem assim, as pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado.

Parágrafo único. Os encargos ou serviços de defesa passiva são condicionados às possibilidades das pessoas naturais ou jurídicas, na conformidade das disposições deste decreto e do Regulamento para o Serviço Nacional de Defesa Passiva Anti-Aérea.

Art. 4º Os deveres para com o Serviço de Defesa Passiva consistem em:

I) para todos os habitantes, nacionais ou estrangeiros:

- a) receber instrução sobre o serviço;
- b) possuir, quando o determinar a autoridade, os meios de defesa individual e instruir-se sobre o uso deles;
- c) obedecer às instruções e ordens emanadas das autoridades qualificadas, cooperando para

seu perfeito desempenho;

d) cooperar para a perfeita ordem nas ocasiões de alarma, obedecendo, com calma e presteza, às ordens de recolher-se a abrigos ou dispersar;

e) socorrer seus semelhantes, sempre que necessário e enquanto não atendidos pelos serviços competentes;

f) sujeitar-se às ordens especiais sôbre tráfego e trânsito nos logradouros públicos em ocasião de exercício ou alarma;

g) atender aos sinais convencionados de alarma;

h) extinguir ou velar as luzes nas ocasiões em que for determinado fazê-lo;

i) atender à ordem de convocação para o Serviço.

II- para os homens de 16 a 21 e de 45 a 60 anos de idade, ou os de 21 a 45 que não estejam servindo nas Fôrças Armadas, e para as mulheres, de 16 a 40 anos, de acôrdo com as suas aptidões e capacidade, exercer funções que lhes forem determinadas pelo órgão competente do Serviço Defesa Passiva, nas diversas atividades de:

a) instrução;

b) proteção contra gases e explosivos químicos;

c) socorro e remoção de intoxicados;

d) enfermagem;

e) vigilância do ar;

f) fogo;

g) limpeza ppública;

h) desinfecção;

i) policiamento e fiscalização;

j) construção e instalação de abrigos ou trincheiras;

l) atender à ordem de convocação para o serviço.

Art. 5º Todos os edifícios de 5 ou mais pavimentos, ou de mais de 1.200 metros quadrados de área coberta, serão providos de abrigos e de instalações adequadas de proteção, na forma e nas especificações determinadas pelo Regulamento do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, cabendo as despesas daí decorrentes aos respectivos proprietários.

§ 1º Os edifícios de habitação coletiva, hotéis, hospitais, casas de diversão, estabelecimentos de ensino, seminários, conventos e ordens religiosas ou os destinados a escritórios, estabelecimentos comerciais e industriais, devem ter abrigos com capacidade suficiente para as pessoas que neles habitem ou trabalhem.

§ 2º Igualmente disporão de instalações especiais de proteção, os depósitos de materiais, provisões ou maquinárias considerados necessários à Segurança Nacional.

§ 3º Os edifícios já construídos ou cuja construção já estiver autorizada nesta data, estão isentos dos encargos referidos neste artigo; entretanto, se suas dimensões atingirem as especificadas acima, não poderão sofrer ampliação ou reconstrução sem obedecer a tais exigências. Os estabelecimentos comerciais e industriais já existentes e que foram classificados como necessários à defesa da Pátria, serão obrigados, na forma das prescrições regulamentares, à execução das medidas de proteção previstas neste artigo. As Repartições Federais, Estaduais ou Municipais, a que couber a concessão de licenças para execução das obras, são responsáveis pela fiel observância das prescrições dêste artigo, na forma dêste decreto, sem prejuízo das penalidades impostas aos proprietários, pela mesma razão.

Art. 6º Os jornais, revistas ou publicações de qualquer natureza são obrigados a inserir, gratuitamente, comunicados da Direção Nacional ou das Diretorias Regionais do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, correspondente a 1/16 de página; os diários, 2 (duas) vezes por mês; os semanários, 6 (seis) vezes por ano, e os mensários 2 (duas) vezes por ano; os que se editarem em prazo superior a um mês, a inserir uma vez por ano em dimensão que corresponda a uma página.

Art. 7º As estações de ráiodifusão e emprêsas de exibição de filmes cinematográficos são obrigadas a divulgar ou exibir, gratuitamente, comunicados do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, duas vezes por mês, desde que não ultrapassem cinco minutos de irradiação ou exibição.

Art. 8º Os empregados são obrigados a adquirir para uso de seus empregados, o material de defesa individual contra agressivos químicos e a providenciar sôbre a guarda e conservação dos mesmos.

Parágrafo único. Os empregados pagarão, parceladamente, aos empregadores, as despesas de aquisição do material de uso individual.

Título III DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Art. 9º Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal o encargo da construção dos abrigos contra diversos explosivos e gases, para a proteção da população, de acôrdo com as especificações constantes do Regulamento do Serviço de Defesa Passiva, e dentro de prazos que forem estabelecidos.

Parágrafo único. Cabe igualmente ao poder público adquirir os meios individuais de proteção para uso dos funcionários e empregados.

Art. 10 Nos setores onde as obras de defesa passiva forem considerados de urgência, a União poderá executá-las e cobrar seu custo dos Estados e Municípios diretamente interessados.

Art. 11 Os Serviços Públicos Federais, Estaduais e Municipais que possam interessar à defesa passiva, com relação a seu aparelhamento e funcionamento, devem observar as prescrições dêste decreto e do Regulamento do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, no tocante aos assuntos de sua especialidade, com por exemplo: socorros sanitários de urgência, serviços especiais contra fogo, reparações de calçamento, de rêdes telefônicas ou telegráficas e de abastecimento d'água, serviços de desobstrução ou remoção de escombros, etc.

Art. 12 As emprêsas concessionárias de serviços públicos, além das obrigações em geral, definidas no título II dêste decreto, ficam obrigadas, independentemente de qualquer indenização, à execução das medidas de segurança geral e dos serviços especializados de seu ramo que lhe forem determinados pelo órgão competente do Serviço de Defesa Passiva, como sejam: abrigos, medidas preventivas de proteção contra fogo e agressivos químicos, serviços de reparações elétricas, de gás, de telefones, de linhas de tráfego urbano, etc.

Título IV

DA CONVOCAÇÃO PARA O SERVIÇO

Art. 13 A convocação do indivíduo para o serviço da Defesa Passiva, constituindo encargo e dever para com a Nação, assume caráter de obrigatoriedade, e é condicionada às aptidões de cada um, ressalvados os casos de incapacidade física, julgada pelo serviço médico da Defesa Passiva, em inspeção de saúde.

Art. 14 Durante o prazo de convocação para prestação do serviço individual da Defesa Passiva, em tempo de paz, os empregadores, pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, são obrigadas a pagar a seus funcionários ou empregados convocados a remuneração integral.

Parágrafo único. A convocação não deverá exceder de dez dias úteis em cada ano.

Título V DAS PENAS E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15 A transgressão ou o não cumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas no presente decreto constitui, em tempo de paz, contravenção punível na forma abaixo:

<i>Transgressão</i>	<i>Penas</i>	<i>Pena em caso de reincidência</i>	<i>Autoridade que aplica a pena</i>	<i>Autoridade a quem cabe recurso</i>
Art. 4.º, item I, alí-neas <i>a, b, c, d</i> e <i>e</i>	Multa de Cr\$ 10,00 a 100,00	Pena em dôbro	Chefe da Fiscalização	No Distrito Federal
Art. 4.º, item I, alí-neas <i>f, g</i> e <i>h</i>	Multa de Cr\$ 100,00 a 1.000,00	Pena em dôbro	Chefe da Fiscalização	Diretor Nacional;
Art. 4.º, item I, alí-nea <i>i</i> Art. 4.º, item II	Multa de Cr\$ 100,00 a 1.000,00	Pena de prisão celular de 1 a 3 meses, se for homem, e de 10 a 30 dias se for mulher	Chefe da Fiscalização	Nos Estados: Diretores Regionais.
Arts. 5.º 8.º e 12	Multa de Cr\$ 1.000,00 a 10.000,00		No Distrito Federal: Diretor Nacional; nos Estados: Diretores Regionais	Ministro da Justiça
Arts. 6.º e 7.º	Multa de Cr\$ 100,00 a 1.000,00	Suspensão até a publicação, exibição ou irradiação do comunicado	Chefe da Fiscalização	No Distrito Federal: o Diretor Nacional; nos Estados: os Diretores

				Regionais
--	--	--	--	-----------

Art. 16 Nos casos em que um infrator, não se conformando com a multa imposta, desseje interpor um recurso à autoridade superior, só poderá fazê-lo depois de depositada a importância da multa, sem o que não terá andamento o processo de recurso.

Art. 17 Na graduação das penalidades deverão ser atendidos os recursos pecuniários e a capacidade intelectual do responsável.

Parágrafo único. Pelas transgressões cometidas pelos menores são responsáveis seus pais, tutores ou curadores.

Art. 18 As infrações serão verificadas, no Distrito Federal, pelos funcionários da Seção de Fiscalização da D. N. S. D. P. A. Ae. e, nos Estados, pelos das Seções de Fiscalização das Diretores Regionais.

Parágrafo único. As autoridades da Seção de Fiscalização, devidamente identificadas, terão livre ingresso em qualquer domicílio ou estabelecimento, seja para executar ou fazer executar medidas de urgência, seja para exercer a fiscalização.

Art. 19 Verificada a transgressão das disposições do art. 5.º deste decreto, será a obra interdita imediatamente pelo Chefe da Seção de Fiscalização, sem prejuízo da aplicação de penalidade posterior.

Art. 20 No caso de um infrator multado não comparecer, dentro do prazo de 15 dias, à Seção de Fiscalização para pagar a importância da multa que lhe tenha sido imposta, será esta cobrada judicialmente, na forma da legislação em vigor.

Art. 21 As infrações, quando punidas com pena de prisão simples serão processadas e julgadas em tempo de paz, no fôro militar, na forma da legislação em vigor.

Art. 22 As autoridades federais, estaduais e municipais que deixarem de cumprir quaisquer dos encargos previstos neste decreto serão processadas e julgadas no fôro militar e a elas serão aplicadas, em caso de reincidência, e cumulativamente, as penas de demissão e, pelo prazo de dois anos, as de inhabilitação para o exercício de cargos ou funções públicas e de suspensão de direitos políticos.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcôndes Filho
A. de Souza Costa
Eurico G. Dutra
Henrique A. Guilhem
João de Mendonça Lima
Oswaldo Aranha
Apolônio Sales
Gustavo Capanema
Joaquim Pedro Salgado Filho

Decreto-Lei nº 5.861, de 30 de Setembro de 1943

Modifica a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti - Aérea e da respectiva Diretoria Nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, criado pelo decreto-lei nº 4.624, de 26 de agosto de 1942, passa, denominar-se Serviço de Defesa Civil.

Art. 2º A Diretoria Nacional de Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, criada pelo decreto-lei n. 4.716, de 21 de setembro de 1942, passa a denominar-se Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Civil.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1943, 122º da Independência e 55º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho

Decreto-Lei nº 9.370, de 17 de Junho de 1946

Extingue o Serviço de Defesa Civil, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo o 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam extintos o Serviço de Defesa Civil e a Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Civil a que se refere o Decreto-lei nº 5.861, de Setembro de 1943, bem como as Diretorias Regionais do mesmo Serviço criadas nos Estados, Territórios e Distrito Federal.

Art. 2º Os encargos previstos no Decreto-lei nº 4.098, de 6 de Fevereiro de 1942, serão cumpridos pelas pessoas naturais ou jurídicas, de acôrdo com as instruções que forem expedidas em cada caso, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, perante repartições ou serviços federais, estaduais e municipais.

Art. 3º Ficam extintos o cargo de Diretor, em comissão, padrão P, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e as Tabelas Numéricas de Mensalistas e de Diaristas da D. N. S. D. C.

§ 1º O pessoal extranumerário constante das tabelas a que se refere êste artigo poderá ser aproveitado, em funções equivalentes, em vagas que se verificarem em outras repartições.

§ 2º Ao pessoal a que se refere êste artigo será abonado o salário correspondente a um mês.

Art. 4º Todo material permanente e de consumo sob a responsabilidade da D. N. S. D. C. será entregue à Divisão de Material do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que dará ao mesmo o destino conveniente.

Art. 5º Ficam sem aplicação as dotações orçamentárias das Verbas, 1 - Pessoal, 2 - Material, e 3 - Serviços e Encargos do orçamento vigente, consignadas especificadamente à D. N. S. D. C. e não centralizadas no Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

EURICO G. DUTRA.
Carlos Coimbra da Luz.
Gastão Vidigal.